

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	3
2. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	
2.1 Responsabilidades Institucionais – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas.....	5
2.2 Estratégia de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas.....	8
2.3 Programas e Ações.....	13
2.4 Desempenho Operacional.....	42
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CÉDITOS OU RECURSOS.....	65
4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	65
5. DEMONSTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIAS.....	66
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	67
7. FLUXO FINANCEIRO PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	67
8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	68
9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA.....	72
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS.....	72
11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO.....	79
12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	80
13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	80
14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.....	80
15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE.....	80
16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	80
17. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS.....	82

ANEXOS

Anexo A - Recomendações do Órgão de Controle Interno

Anexo B - Determinações e Recomendações do TCU

Anexo C – Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio foi dispensado

1. IDENTIFICAÇÃO

Tabela 1 - Dados Identificadores da unidade jurisdicionada

Tabela 1 – Nome completo da Unidade e sigla	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM
CNPJ	09.203.665/0001-77
Natureza Jurídica	Autarquia do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Ministério da Integração Nacional
Endereço completo da Sede	Av. Almirante Barroso, 426 – Bairro: Marco, CEP: 66093-906, Belém –PA / (91) 4008-5440, 4008-5441.
Endereço da página institucional na internet	http://www.sudam.gov.br
Normativos de criação e data de publicação no DOU	Lei Complementar Nº 124, de 3 de janeiro de 2007.
Definição de competências	<p>I - definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável de sua área de atuação;</p> <p>II - formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a política nacional de desenvolvimento regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;</p> <p>III - propor diretrizes para definir a regionalização da política industrial, que considerem as potencialidades e as especificidades de sua área de atuação;</p> <p>IV - articular e propor programas e ações perante os ministérios setoriais para o desenvolvimento regional, com ênfase no caráter prioritário e estratégico, de natureza supra-estadual ou sub-regional;</p> <p>V - articular as ações dos órgãos públicos e fomentar a cooperação das forças sociais representativas na sua área de atuação, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos e metas de que trata o inciso I do caput deste artigo;</p> <p>VI - atuar, como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, para promover a diferenciação regional das políticas públicas nacionais e a observância dos <u>§§ 1º e 7º do art. 165 da Constituição Federal</u>;</p> <p>VII - nos termos do inciso VI do caput deste artigo, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, assessorar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do Orçamento Geral da União, em relação aos projetos e atividades previstas na sua área de atuação;</p> <p>VIII - apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados nas áreas de infra-estrutura econômica e social, capacitação de recursos humanos,</p>

	<p>inovação e difusão tecnológica, políticas sociais e culturais e iniciativas de desenvolvimento sub-regional;</p> <p>IX - estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação, conforme definição do Conselho Deliberativo, em consonância com o <u>§ 2º do art. 43 da Constituição Federal</u> e na forma da legislação vigente;</p> <p>X - coordenar programas de extensão e gestão rural, assistência técnica e financeira internacional em sua área de atuação;</p> <p>XI - estimular a obtenção de patentes e coibir que o patrimônio da biodiversidade seja pesquisado, apropriado e patenteado em detrimento dos interesses da região e do País;</p> <p>XII - propor, em articulação com os ministérios competentes, as prioridades e os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais na sua área de atuação, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico;</p> <p>XIII - promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental da Amazônia, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões.</p>
Estrutura organizacional	Decreto N° 6.199, de 28 de agosto de 2007, revogado pelo Decreto n° 6.218, de 04 de outubro de 2007.
Código da UJ	Unidade Gestora: 533.013 Gestão: 53.202
Situação da Unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	Administração
Tipo de atividade	Planejamento do Desenvolvimento Regional
Unidade gestora utilizada no SIAFI	Nome: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM Código: 533.013

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

2.1 Responsabilidades institucionais – Papel da Unidade na execução das políticas públicas

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Integração Nacional, cuja principal responsabilidade político-institucional é a execução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional é o instrumento que orientou as ações da SUDAM no ano de 2008. Nesse sentido foram apoiados investimentos em projetos que visam combater as desigualdades regionais e a irradiação dos efeitos negativos do desnível sócio-econômico e estrutural que sofre a região Amazônica.

Em seu primeiro ano de atuação a SUDAM, como promotora dessa nova política regional, orientou as ações do Plano de Ação Institucional às diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e ao Plano Plurianual – PPA 2008/2011.

Dentre as finalidades da Autarquia está o desenvolvimento regional sustentável e incluyente, buscando esse fim, implementou-se uma política comprometida com a inserção da Amazônia Legal no comércio nacional e internacional. As ações executadas no ano de 2008 visam dotar a região de condições para implantação e implementação de projetos nas áreas de Agroindústria, Indústria e Serviço, através da atração de incentivos fiscais e financeiros.

No âmbito da gestão de incentivos destaca-se o investimento na ordem de R\$105 bilhões com a redução do Imposto de Renda em 2008, que investidos na base produtiva, aumentarão o dinamismo da região amazônica diante dos mercados nacional e mundial.

A Administração dos instrumentos financeiros da Amazônia, representada pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia liberou, somente em 2008, R\$216 milhões para os setores de curtume, frigorífico e de geração de energia, que contará com mais 321,23MW na matriz energética do país, curtume e frigorífico. Esses investimentos convergem com a política do Governo Federal, integrando-se aos programas PROINFRA e PAC da infraestrutura.

Além disso, aprovaram-se investimentos na ordem de R\$31 milhões na área de metalurgia, que pretende criar 240 postos de trabalhos. Os projetos aprovados até 2008 têm a capacidade de gerar 3.782 empregos diretos e 18.578 indiretos.

Relativamente aos Programas e Ações do Governo que a SUDAM executou, destacamos aquelas de caráter estratégico para o desenvolvimento regional, como o Programa de Gestão da Política de Integração Nacional, mediante as ações de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação; de Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial e da Manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.

O Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais reúne ações estruturantes voltadas à redução das desigualdades intra e interregionais, com foco na gestão do desenvolvimento amparado no estímulo ao potencial e características econômicas, sociais e culturais próprias de cada região. A Ação executada foi relativa à sua Gestão e Administração, objetivando a formulação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia-PRDA 2009/2012.

Outro programa finalístico que cabe à SUDAM gerenciar/executar é o Zoneamento Ecológico-Econômico. A ação apoiada nesse programa foi o Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.

No âmbito Programa Desenvolvimento Macrorregional Sustentável as ações apoiadas foram a Gestão e Administração do Programa; Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Potencialidades Regionais; Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade e Promoção de Investimentos em Infra-estrutura econômica.

As ações apoiadas no Programa Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira foram Apoio à Implantação da Infra-Estrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira – Na Região Norte e Apoio à Implantação da Infra-Estrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira – Boa Vista no Estado de Roraima.

Na linha do Programa Resposta aos Desastres e Reconstrução apoiou-se a ação de Gerenciamento de Riscos e Desastres na Amazônia Legal que objetiva promover o

planejamento preventivo, e de contingência e o atendimento da população afetada por desastres.

A SUDAM através do Conselho Deliberativo – CONDEL, que tem como competência acompanhar e avaliar a execução dos planos dos programas regionais da Amazônia, determinando as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia-PRDA, além de estabelecer as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA, aprovou as seguintes propostas, que impactam diretamente na execução das políticas públicas sob sua responsabilidade:

a) diretrizes e prioridades para elaboração de proposta de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO para o exercício de 2009;

b) alteração relativa aos critérios de aplicação dos recursos destinados ao custeio, de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia regional, correspondendo a 1,5%, calculado sobre cada parcela liberada pelo FDA;

c) criação de um Comitê Permanente do Planejamento do Desenvolvimento da Amazônia;

d) elevação dos limites de financiamento para as empresas com atuação no mercado doméstico e empresas exportadoras, criação da modalidade de financiamento FNO-Amazônia exportação dentro do Programa FNO-Amazônia Sustentável, destinada a apoiar empresas exportadoras e a nova versão do Plano de Aplicação dos Recursos do FNO, para o exercício de 2009; e,

e) diretrizes e prioridades para aprovação de projetos do FDA, para o exercício de 2009.

2.2 Estratégia de atuação da Unidade na Execução de Políticas Públicas

A SUDAM enfrentou uma série de dificuldades para executar os objetivos e as prioridades definidas no seu Plano de Ação e as descentralizadas pelo Ministério da Integração em dezembro/2008, pelas razões que serão apresentadas ao longo deste Relatório. Contudo, foi exitosa a sua atuação na execução das Políticas Públicas que estão sob a sua responsabilidade.

Uma dessas dificuldades diz respeito ao quadro de pessoal, que atualmente conta com 136 (cento e trinta e seis) servidores, sendo 64 (sessenta e quatro) envolvidos nas áreas finalísticas e 72 (setenta e dois) em ações de suporte, conforme item 16 do presente Relatório.

Visando uma solução imediata às necessidades institucionais, investiu-se na motivação e na qualificação dos servidores, bem como na melhoria da remuneração de postos de assessoramento e de especialistas em gestão, enquanto tramita no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desde 27/03/2008, o Plano de Cargos e Salários da Autarquia, o qual permitirá a realização de concurso público para o preenchimento dos cargos efetivos necessários.

Dentre as oportunidades que influenciaram a estratégia de atuação relativa a gestão de recursos de humanos, destacamos:

a) distribuição de 9 (nove) Funções Comissionadas Técnicas - sendo 2(duas) de nível superior e 7(sete) de nível médio-, em substituição aos Cargos em Comissão reduzidos por ocasião da revogação do Decreto nº 6.199/2007;

b) solicitação de contratação de 10 (dez) servidores temporários, de nível superior, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, para implementação de ações de desenvolvimento na área administrativa, de tecnologia da informação e de gestão de fundos e atração de investimentos; e,

c) solicitação ao Ministério da Integração Nacional de lotação de provisória de 8 (oito) analistas de Infra-estrutura com atribuições voltadas às atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de grande porte na área de infra-estrutura.

d) capacitação de 93% do total de servidores, a partir do Levantamento das Necessidades de Treinamento-LNT, buscando-se atender, dentro das limitações orçamentárias e financeiras, todas as demandas advindas dos diversos setores da SUDAM, priorizando os eventos oferecidos em Belém, diminuindo com isso os custos com diárias e passagens.

Mesmo diante do quadro deficitário de recursos humanos a SUDAM protagonizou grandes realizações do ponto de vista do desenvolvimento regional e organizacional, a exemplo da implantação dos Indicadores de Desempenho Institucional, que foi elaborado pelos próprios servidores, com a parceira da Controladoria Geral da União/PA; a liberação de R\$216.225.405,25 (duzentos e dezesseis milhões, duzentos e vinte e cinco mil quatrocentos e cinco reais e vinte e cinco centavos), representando 40% dos recursos liberados desde 2007 e 26% dos recursos aprovados pelo FDA, que conta com apenas 6 técnicos, sendo 4 na área de análise e dois na área de liberação; a aprovação de 291 projetos de Redução do Imposto de Renda, que pretendem manter/gerar R\$105 bilhões na base produtiva, aumentando o dinamismo da região amazônica diante dos mercados nacional e mundial.

A execução do orçamento da SUDAM relativamente às ações de natureza finalística foi consideravelmente prejudicada face à implantação pelo Governo Federal, já no final do exercício de 2008, de um novo Sistema de Convênio denominado SICONV, estruturado em plataforma web, que dificultou a apresentação das propostas pelos Proponentes, seja por desconhecimento da sua operacionalização, seja por falta de treinamento, seja pela dificuldade de acesso à internet pelos municípios da Amazônia Legal, que muitos não dispõem da estrutura que um sistema como esse exige.

A SUDAM enfrentou dificuldades semelhantes, posto que não havia oferecimento de cursos sobre a operacionalização do sistema. Somente no mês de dezembro esta Autarquia conseguiu encaminhar um grupo de servidores para participarem de um treinamento prático no novo sistema, em que pese as solicitações feitas em conjunto com o Ministério da Integração à Secretaria de Logística do Ministério do Planejamento, a quem cabe à gestão do Sistema SICONV.

As ações orçamentárias executadas pela SUDAM no exercício de 2008 no tocante às transferências voluntárias, foram priorizadas no Plano de Ação, que distribuídas em 7 (sete)

programas finalísticos, e estão apoiadas em recursos oriundos do orçamento da SUDAM e de emendas parlamentares, agrupando-se em 8 (oito) eixos temáticos: Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE); Desenvolvimento Macrorregional Sustentável; Acordo de Cooperação Técnica; Divulgação Institucional; Capacitação de Servidores, Prevenção e Preparação para Desastres, Resposta aos Desastres e Reconstrução e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

As possibilidades de desenvolvimento regional foram concretizadas a partir da execução de recursos na ordem de R\$24 milhões que serão transferidos a diversos municípios e entidades da região através de convênios e outros instrumentos.

No âmbito do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico que objetiva a simulação de cenários prospectivos e apresenta diretrizes para subsidiar políticas de desenvolvimento regional foi apoiado o projeto de R\$250 mil para o ZEE do setor Atlântico do Estado do Amapá.

No Programa de Desenvolvimento Macrorregional Sustentável foi empenhado R\$250 mil, para o projeto de fortalecimento dos mecanismos de incubação de micro e pequenos empreendimentos no Estado do Amapá, através da implantação de um Centro de Incubação de Empresas – CIE. Esse projeto visa, através de ações estruturadas e inovadoras, oferecer e transferir soluções de gestão tecnológica e empresarial, além de ambientes empreendedores aos micro e pequenos empreendimentos.

O Programa de Prevenção e Preparação para Desastres, aplicou R\$5 milhões no projeto de construção de Ponte sobre o Rio Vila Nova (2ª etapa), no Estado do Amapá, que interligará os municípios de Mazagão, Laranjal do Jari e de Vitória do Jari à Macapá.

Quanto ao Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira foram investidos R\$17.6 milhões em projetos que visam à implantação de obras de saneamento básico, infraestrutura urbana (pavimentação asfáltica, sistema de drenagem de águas superficiais) nos municípios de Sena Madureira/AC, Boa Vista/RR e Atalaia do Norte/AM.

No Programa Resposta aos Desastres e Reconstrução foi apoiado o valor de R\$67 mil reais, para atendimento a 12 (doze) municípios no Estado do Tocantins atingidos pela

seca.

Os resultados das ações programáticas referentes as transferências voluntárias, mediante convênios, poderão ser avaliados a partir de 2009, quando as obras estarão concluídas e os objetivos alcançados.

Relativamente aos Acordos de Cooperação Técnica, a SUDAM aportou-se recursos no valor de R\$500 mil ao PNUD destinados, dentre outras ações, à contratação de consultoria para formulação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia-2009/2012.

No âmbito do projeto de Ações Integradas para o Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - PRODESAM, concluiu-se a última etapa do sistema para a Rede de Pesca e Aquicultura da Amazônia - REPAQ, com a disponibilização do seu acesso via web.

Visando dotar a Instituição de ferramentas que possibilitem a melhor avaliação e controle de sua gestão, bem ainda a integração dos setores operacionais, a SUDAM, no âmbito do PNUD, finalizou o Termo de Referência para dar início ao processo de contratação para desenvolvimento de sistema de Gestão de Projetos e seus aplicativos - GPA, com indicadores de Desempenho Institucional, via web.

Ainda na linha de modernização da gestão, a SUDAM aprovou em novembro de 2008 o primeiro grupo de indicadores de desempenho institucional, construídos, pelos próprios servidores da Autarquia, a partir de uma adaptação da metodologia “Mapa de Produtos” adotada pelo Tribunal de Contas da União e, é composto 19 (dezenove) indicadores, que avaliarão o desempenho dos principais macroprocessos da Autarquia, a saber, a Administração dos Incentivos Fiscais e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA, pois juntos representam 98,61% do total de recursos administrados pela SUDAM.

O fortalecimento da imagem da SUDAM foi outra ação relevante realizada pelos Acordos de Cooperação Técnica, com a elaboração de Termos de Referência para produção de vídeos, revistas institucionais e à criação do Website da SUDAM.

A divulgação institucional foi efetivada através de apoio a eventos de caráter técnico-científicos de repercussão regional e internacional, a exemplo do Frutal Amazônia (Belém/PA), um evento que chega a alcançar a ordem de R\$40 milhões em negócios sustentáveis para a Amazônia Legal, contribuindo para participação da região nos mercados nacional e internacional da fruticultura e floricultura.

Outro evento que contou com a participação da SUDAM foi a realização da Amazontech (São Luis/MA), que apresentou as inovações tecnológicas, a difusão de conhecimentos científicos e o empreendedorismo na Amazônia, focando o apoio aos negócios sustentáveis e às ações de fortalecimento de intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos em projetos que viabilizem a auto-sustentabilidade da região. A Rodada de Projetos viabilizou a aproximação entre pesquisadores e agências financiadoras nacionais e internacionais, gerando financiamentos da ordem de R\$16 milhões para a Amazônia.

Outra ação de importância realizada em 2008 foi a instalação da Ouvidoria, que é mais um canal de comunicação à disposição da sociedade, do cliente interno e externo, que dispõem dos serviços de atendimento via e-mail (ouvidoria@sudam.gov.br), telefone (91 4008-5689) e pessoal, para conhecimento, avaliação, crítica, sugestões e denúncias.

Na gestão Administrativa enfatizamos algumas contratações particularmente importantes, como a terceirização de serviços de apoio administrativo, visando à redução da deficiência de recursos humanos em diferentes frentes de trabalho. Foram contratados diversos postos de trabalho destinados às diversas unidades com maior deficiência de pessoal de apoio.

Objetivando economizar recursos nos processos licitatórios, a SUDAM aderiu ao Sistema de Registro de Preços de outras instituições para compras e contratações, dentre elas, em especial destacamos, a aquisição de veículos oficiais, de insumos e equipamentos de informática, visando à renovação de sua frota automotiva e de seu parque tecnológico para avanço do Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI.

Foram executados R\$5.600.965,07 em contratações. Desse total R\$4.646.730,16 através de procedimento licitatório, R\$497.967,00 em processos de Inexigibilidade de Licitação e R\$954.234,92, mediante Dispensa de Licitação. Desse total, R\$683.509,64 foram

aplicados em processos destinados à área de tecnologia da informação e R\$1.015.024,20 para reformas das instalações prediais, consistindo na reforma do Auditório Central, revitalização do Centro de Treinamento e contratação de empresa para confecção de projetos executivos de engenharia de reforma do edifício Sede da SUDAM. Essas ações foram necessárias considerando que as instalações elétricas, hidrosanitárias, dentre outras, vêm apresentando diversos problemas.

A SUDAM, mesmo diante das dificuldades elencadas, executou 68% do total dos recursos recebidos, correspondendo a R\$41.044.085,00, assim distribuídos: R\$2.291.482,00 em ações finalísticas, R\$22.600.000,00 em recursos de emenda parlamentar, transferidos à SUDAM via destaque pelo Ministério da Integração Nacional, R\$16.152.657,00 em despesas administrativas.

2.3 Programas

Programa 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Não Definido
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa	
Gerente Executivo	
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	53000-Ministério da Integração Nacional
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não possui indicadores
Público - Alvo	Governo

Fonte: SIGPLAN

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Ação 2000 – Administração da Unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Administração e Finanças
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	13.977.961,00	12.914.213,00	92,39
Física	Não possui	Não possui	

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Do total inicialmente previsto destinado à manutenção das atividades administrativas, a SUDAM executou 92% daquele montante. Os investimentos foram direcionados a processos de melhoria na infra-estrutura predial e no ambiente de trabalho, a exemplo, da reforma do espaço do restaurante que atende aos servidores; revitalização do auditório para instalação do CONDEL; revitalização e readequação do espaço físico; aquisição de mobiliário para estruturação do Centro de Treinamento; renovação da frota de veículos e modernização do parque de informática.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Administração e Finanças
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	353.966,00	384.295,42	108,56
Física	474	474	100,00

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas

Avaliação dos Resultados:

O valor aprovado pelo Orçamento Geral da União foi de R\$353.966,00, para uma estimativa de 474 atendimentos, contudo, ocorreu um déficit orçamentário de R\$30.329,42, que se justifica em razão de alguns casos de doenças terminais, tornando mais dispendiosa a prestação do serviço de atendimento médico-hospitalar.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar (art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93).
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Administração e Finanças
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUTADO	EXECUTADO EM %
FINANCEIRO	18.816,00	11.518,84	61,22
FÍSICO	34	15	44,12

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas

Avaliação dos Resultados:

Foi executado o valor de R\$ 11.518,84, com a média mensal de 15 servidores percebendo o direito ao benefício, conforme registros constantes no SIAPE e SIAFI.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Administração e Finanças
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	223.614,00	230.493,72	103,08
Física	148	146	98,65

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas

Avaliação dos Resultados:

Foram previstos para o exercício de 2008 o recebimento mensal de 146 beneficiários do Auxílio-Alimentação aos servidores Efetivos, Cedidos e Comissionados sem Vínculo, tendo sido aprovado recursos financeiros o Orçamento Geral da União no valor de R\$223.614,00, com execução de R\$230.493,72, para uma média mensal de 146 servidores.

Ressaltamos, contudo, que por ocasião da transição da ADA, UG53205, para a SUDAM, UG 53202, os meses de janeiro e fevereiro/2008, foram pagos com recursos financeiros do Ministério da Integração Nacional/MI, através de destaque.

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Administração e Finanças
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	86.955,00	59.086,75	67,95
Física	109	111	101,83

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas

Avaliação dos Resultados:

Em que pese a execução física ter sido superior à prevista, os recursos aplicados nesta Ação corresponderam a aproximadamente 67% do montante de R\$86.955,00.

Programa 0757 - GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Reduzir as desigualdades regionais e sociais pela potencialização dos ativos territoriais endógenos.
Objetivo específico	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial
Gerente do Programa	Henrique Villa da Costa Ferreira
Gerente Executivo	Henrique Villa da Costa Ferreira
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	53000-Ministério da Integração Nacional
Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do Programa	Porcentagem
Publico Alvo	Governo

Fonte: SIGPLAN

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Atividade
Finalidade	Ação interna visando promover a qualificação e a requalificação de pessoal.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador nacional da ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Unidade executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Administração e Finanças
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Levantamento de Necessidades, Plano de Capacitação e Norma de Capacitação.

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	150.000,00	171.792,42	114
Física	157 servidores	146 servidores	93

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas

Avaliação dos Resultados:

Foram criadas 463 oportunidades de capacitação em cursos comuns e específicos a cada área de atuação da Autarquia, com a participação de 146 dos 157 servidores, atingindo um percentual de 93% do total inicialmente previsto.

O montante previsto para aplicação em Capacitação em 2008 era de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), contudo, os recursos efetivamente aplicados nessa área corresponderam a R\$171.792,42 (cento e setenta e um mil setecentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos), investidos em 56 (cinquenta e seis) eventos, correspondendo a um investimento de, em média, R\$3.067,00 para cada evento de capacitação.

Ação 4664 - Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar recursos humanos do setor público nacional para conduzir processos descentralizados e participativos de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial.
Descrição	Realização de cursos de especialização, seminários, congressos e outros eventos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	100.000,00	100.000,00	100
Física	30	-	100

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Avaliação dos Resultados:

Os recursos previstos para essa ação previam a capacitação de 30 pessoas, contudo, os recursos foram aportados no Acordo SUDAM/OEA para realização de estudos que possibilitarão a formulação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia-PRDA 2009/2012, o que levou a execução integral das metas financeiras e físicas prevista para o exercício.

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo	Atividade
Finalidade	Ação interna visando constituir um centro de custos administrativos dos programas.
Descrição	Inclui sistemas de informações gerenciais internos, estudos e cursos que tem como objetivo elaborar, aprimorar e dar subsídios à formulação de políticas públicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Avaliação dos Planos de Desenvolvimento
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenador Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	200.000,00	150.000,00	75
Física	Não há produto	-	

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Avaliação dos Resultados:

Foi apoiado o VIII Fórum Social Mundial, na Amazônia, no valor de R\$150.00,00 (cento e cinquenta mil reais).

Ação 8892 - Manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Tipo	Atividade
Finalidade	Destinada a tornar operacional o tratamento e análise de informações e indicadores a espacialização de suas ações nas diversas escalas e a sua contribuição para o estabelecimento de diagnósticos compartilhados de regiões prioritárias, com foco nas desigualdades regionais e na interação com a PNDR.
Descrição	Aquisição de equipamentos de informática, de base de dados, de softwares, qualificação de pessoal técnico, contratação de serviços de consultoria, realização de convênios e acordos de cooperação técnica.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Avaliação dos Planos de Desenvolvimento
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenador Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	100.000,00	0,00	-
Física	1 sistema mantido	-	

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Avaliação dos Resultados:

Não foram apoiados projetos nesta ação.

Programa 1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Reduzir as desigualdades regionais e sociais pela potencialização dos ativos territoriais endógenos.
Objetivos Específicos	Aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais.
Gerente de Programa	Márcia Regina Sartori Damo
Gerente Executivo	Márcia Regina Sartori Damo
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	53000-Ministério da Integração Nacional
Indicadores ou parâmetros utilizados	Unidade
Público - Alvo	Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores.

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Ação 6424 - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, potencialmente competitivos, visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.
Descrição	Estruturação ou aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, inclusive com implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Márcia Regina Sartori Damo
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	850.000,00	0,00	-
Física	8 projetos	-	-

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Avaliação dos Resultados:

Nesta ação não houve projetos aprovados. Esse fato decorreu das dificuldades relacionadas à implantação do novo Sistema de Convênios-SICONV do Governo Federal, advindo com o Decreto nº 6.170/2007, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 127/2008.

O Sistema começou a entrar em funcionamento somente no mês de setembro/2008, provocando alguns atropelos na operacionalidade em razão da falta ou escassez de treinamento tanto para os Proponentes quanto para os próprios Concedentes.

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo de programa	Atividade
Finalidade	Ação interna visando constituir um centro de custos administrativos dos programas.
Descrição	Inclui sistemas de informações gerenciais internos, estudos e cursos que tem como objetivo elaborar, aprimorar e dar subsídios à formulação de políticas públicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Márcia Regina Sartori Damo
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Avaliação dos Planos de Desenvolvimento
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenador Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	250.000,00	250.000,00	100
Física	Não há produto	-	

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Avaliação dos Resultados:

A ação acima citada teve as seguintes atividades:

1) Acordo SUDAM/OEA para realização de estudos que possibilitarão a formulação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2009-2012, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

2) Apoio Institucional ao evento “Salão de Paris” realizado em Paris, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Programa 0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
Objetivos Específicos	Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do país.
Gerente de Programa	Egon Krakhecke
Gerente Executivo	Egon Krakhecke
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	44000-Ministério do Meio Ambiente
Indicadores ou parâmetros utilizados	Percentual
Público - Alvo	Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores).

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Ação 8689 - Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.000

Tipo	Atividade
Finalidade	Fornecer instrumentos relevantes para o planejamento e o desenvolvimento sustentável de áreas selecionadas, visando conhecer as potencialidades e as limitações econômicas e ambientais a fim de definir atividades adequadas ao mercado e à capacidade de suporte ambiental.
Descrição	Realização de estudos que permitam delimitação e a caracterização física, socioeconômica e ambiental das áreas selecionadas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Márcia Regina Sartori Damo
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	500.000,00 (SUDAM) 7.378.000,00 (emenda)	249.997,00 0,00	50 -
Física	25.000 km ² (SUDAM) - (emenda)	21.000 km ² -	84 -

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Avaliação dos Resultados:

Nesta linha de ação foram apoiados recursos no valor de R\$249.997,00 para o projeto de zoneamento ecológico-econômico costeiro do setor Atlântico no Amapá, abrangendo os municípios de Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque, e ainda, 12 milhas náuticas, perfazendo um total aproximado de 21.000 km² e 12 milhas náuticas.

Verifica-se que a execução física correspondeu a 84% do previsto, enquanto que a financeira alcançou 50%, contudo, há que se considerar que os limites orçamentários para suportar a emenda parlamentar não foram destacados até o encerramento do exercício.

Programa 1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL

Dados do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional
Objetivos Específicos	Promover o desenvolvimento e integrar os instrumentos de crédito e de financiamento público para o desenvolvimento regional
Gerente de Programa	Henrique Villa da Costa Ferreira
Gerente Executivo	Henrique Villa da Costa Ferreira
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	53000-Ministério da Integração Nacional
Indicadores ou parâmetros utilizados	Percentual
Público - Alvo	População da área de abrangência do programa, entidades representativas de classe e os diferentes níveis de governo e seus órgãos representativos.

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo	Atividade
Finalidade	Ação interna visando constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Inclui sistemas de informações gerenciais internos, estudos e cursos, objetivando elaborar, aprimorar e dar subsídios à formulação de políticas públicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Avaliação dos Planos de Desenvolvimento
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenador Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	150.000,00	107.950,00	72
Física	Não há produto		

Fonte: Coordenador Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento

Avaliação dos Resultados:

Através dessa ação a SUDAM apoiou os eventos Frutal Amazônia-Flor Pará/2008, realizado em Belém (Pa), no valor de R\$50.000,00 e AMAZONTECH realizado em São Luis (Ma), no valor de R\$50.000,00.

Ação 8340 - Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação

Tipo	Atividade
Finalidade	Articular empreendedores e agentes do sistema de apoio à inovação de forma a propiciar condições para que se possa implantar na macrorregião uma estrutura produtiva baseada na inovação, informação e conhecimento.
Descrição	Viabilização da difusão da inovação, que propicie a inserção no mercado, por meio da incorporação de novos usos e produtos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Avaliação dos Planos de Desenvolvimento
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenador Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	150.000,00	-	-
Física	1 Rede		

Fonte: Coordenador Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento

Avaliação dos Resultados:

Não foram apoiados projetos nesta Ação.

Ação 8917 – Fortalecimento das Administrações Locais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assistência técnica para o aperfeiçoamento dos recursos humanos, financeiros e organizacionais das prefeituras, em municípios selecionados.
Descrição	Formação de parcerias para capacitar recursos humanos, nos aspectos técnicos e gerenciais, administrativo-organizacionais e financeiro-fiscais
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Avaliação dos Planos de Desenvolvimento
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenador Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	300.000,00	-	-
Física	100 pessoas capacitadas		

Fonte: Coordenador Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento

Avaliação dos Resultados:

Não foram apoiados projetos nesta ação.

Ação 8898 - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Potencialidades Regionais

Tipo	Atividade
Finalidade	Implementar ações e projetos voltados à atenuação da pressão antrópica sobre os ecossistemas naturais, consolidação da fronteira aberta e inserção de áreas de várzeas e áreas alteradas/degradadas ao processo de desenvolvimento econômico regional.
Descrição	Promoção de estudos aplicados visando a elaboração de diagnósticos sócio-econômicos, infra-estruturais e ambientais de áreas de várzeas e alteradas da Amazônia Legal; implantação de projetos de manejo e recuperação de áreas alteradas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	350.000,00	250.000,00	71
Física	5 diagnósticos	01 diagnóstico	20

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Avaliação dos Resultados:

O quadro acima demonstra que esta ação teve uma execução financeira de 71% com relação à previsão, e apenas 20% de realização da meta física. Esse percentual reduzido decorreu das dificuldades enfrentadas com a implantação do Sistema de Convênios-SICONV do Governo, advindo com o Decreto nº 6.170/2007, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 127/2008.

Foram aplicados R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para a execução do projeto de Fortalecimento dos mecanismos de incubação de micro e pequenos empreendimentos no Estado Amapá. A orientação desses recursos visa, através de ações

estruturadas e inovadoras, oferecer e transferir soluções de gestão tecnológica e empresarial, além de ambientes empreendedores aos micro e pequenos empreendimentos.

Percebe-se que os recursos disponibilizados não seriam suficientes para executar a totalidade da meta física. Essa desproporcionalidade entre a meta física e a financeira decorre dos cortes no orçamento da SUDAM, sem que haja redução do quantitativo das metas estabelecidas.

Ação 4640 - Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade

Tipo	Atividade
Finalidade	Suprir demandas especializadas do mercado de trabalho, decorrentes do novo modelo tecno-gerencial, baseado na ótica da competitividade, capacitando recursos humanos em procedimentos operacionais que possibilitem incrementar os níveis de qualidade e produtividade dos processos produtivos.
Descrição	Apoio à realização de cursos de suporte voltados às atividades geradas no processo de criação, atração e desenvolvimento de empreendimentos, capacitação tecnológica de empreendedores, inovação gerencial.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	150.000,00	150.000,00	100
Física	50	-	100

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Avaliação dos Resultados:

Esta ação previa a capacitação de 50 pessoas, contudo, os recursos foram aportados no Acordo SUDAM/OEA para a realização de estudos que possibilitarão formulação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia-PRDA 2009/2012, consistindo no desenvolvimento de relatórios, abordando temas, programas, ações, territorialidade, recursos financeiros e fontes de financiamento referentes ao Sistema Social.

Ação 8902 - Promoção de Investimentos em Infra-estrutura Econômica

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover ações que contribuam para a superação dos limites da infra-estrutura à expansão dos investimentos regionais.
Descrição	Promover ações que contribuam para a superação dos limites da infra-estrutura à expansão dos investimentos regionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	600.000,00	210.223,00	35
Física	01 projeto	01 projeto	100

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Avaliação dos Resultados:

Nesta ação foram investidos recursos no montante de R\$210.223,00 (duzentos e dez mil duzentos e vinte e três reais), correspondendo a 35% do total previsto, contudo, sua meta física foi executada 100%.

O projeto beneficiado pretende desenvolver capacidade de monitoramento, previsão e divulgação de alertas de desastres às instituições que compõem o Sistema Estadual, Federal e Municipal, bem como a sociedade civil residentes no município de Laranjal do Jarí, com o propósito de otimizar a qualidade das tomadas de decisões e preparação de ações que visem minimizar os danos sociais e econômicos causados por eventos extremos como, enchentes e estiagens e seus impactos.

Programa 1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover a inovação tecnológica nas empresas
Objetivos Específicos	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.
Gerente de Programa	Luiz Antonio Rodrigues Elias
Gerente Executivo	Luiz Antonio Rodrigues Elias
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	44000-Ministério do Meio Ambiente
Indicadores ou parâmetros utilizados	Unidade
Público - Alvo	Empresas em geral.

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Ação 4544 - Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Biotecnologia e Recursos Genéticos

Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar o conhecimento científico tecnológico sobre o uso sustentável dos recursos genéticos amazônicos.
Descrição	Fomento a centros de ensino e pesquisa na região amazônica, na área de recursos genéticos e biotecnologia, envolvendo apoio a infra-estrutura de laboratórios, instalações, máquinas e equipamentos; apoio a projetos de pesquisa básica e aplicada e a eventos técnico-científicos a área de, além de formação de recursos humanos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Luiz Antonio Rodrigues Elias
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	100.000,00	0,00	-
Física	01 projeto	-	-

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Avaliação dos Resultados:

Para execução desta ação a SUDAM celebrou termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Pará - UFPA para execução do projeto: “Conhecimento da Biodiversidade da Reserva Riozinho do Anfrísio”, aportou recursos no valor de R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais), entretanto, a Universidade fez a devolução por não ter conseguido empenhar os recursos. Portanto, sendo considerada, como não executada.

Ação 4542 - Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a competitividade da economia regional mediante o apoio a projetos de desenvolvimento, de adaptação e de transferência de tecnologias (processos, produtos e serviços) direcionadas a transformação econômica sustentável da biodiversidade amazônica.
Descrição	Realização de estudos sobre o grau de inserção tecnológica e, os entraves tecnológicos dos sistemas produção.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Luiz Antonio Rodrigues Elias
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	100.000,00	0,00	-
Física	01 projeto	-	-

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Avaliação dos Resultados:

Para execução desta ação a SUDAM celebrou termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Pará - UFPA para execução do projeto: “Conhecimento da Biodiversidade da Reserva Riozinho do Anfrísio”, aportou recursos no valor de R\$34.106,84 (trinta e quatro mil cento e seis reais e oitenta e quatro centavos), entretanto, a Universidade fez a devolução por não ter conseguido empenhar os recursos. Portanto, sendo considerada, como não executada.

Programa 0120 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Reduzir as desigualdades regionais e sociais pela potencialização dos ativos territoriais
Objetivos Específicos	Promover o desenvolvimento da faixa de fronteira
Gerente de Programa	Márcia Regina Sartori Damo
Gerente Executivo	Márcia Regina Sartori Damo
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	53000-Ministério da Integração Nacional
Indicadores ou parâmetros utilizados	Unidade
Público - Alvo	Gestores públicos, lideranças sociais, investidores potenciais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores situados na Faixa de Fronteira.

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Ação 6553 - Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira – Na Região Norte.

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade de vida da população residente na Faixa de Fronteira, pelo provimento de infra-estrutura social e produtiva necessárias à dinamização das economias locais ou regionais.
Descrição	Implantação de projetos de infra-estrutura de apoio à produção e à logística, incluindo a construção de equipamentos urbanos/rurais e de obras civis que articulem regionalmente os municípios da Faixa de Fronteira.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Márcia Regina Sartori Damo
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.600.000,00	1.600.000,00	100
Física	02 projetos	02 projetos	100

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Avaliação dos Resultados:

A ação acima citada teve as seguintes atividades:

1) Drenagem de Águas Pluviais nas ruas Quintino Bocaiúva, Nicácio Teixeira, Padre Egídio, Duque de Caxias, Travessa Guilherme e Av. Brasil no município de Sena Madureira – AC, no valor de R\$600.000,00

2) Construção de muro de contenção de margem no município de Atalaia do Norte no Estado do Amazonas, no valor de R\$1.000.000,00

Ação 6553 - Apoio a Implantação da Infra-Estrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira – Boa Vista no Estado de Roraima

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade de vida da população residente na Faixa de Fronteira, pelo provimento de infra-estrutura social e produtiva necessárias à dinamização das economias locais ou regionais.
Descrição	Implantação de projetos estruturantes de infra-estrutura de apoio à produção e à logística, incluindo a construção de equipamentos urbanos/rurais e de obras civis que articulem regionalmente os municípios da Faixa de Fronteira.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Márcia Regina Sartori Damo
Coordenador Nacional da Ação	53000-Ministério da Integração Nacional
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	16.000.000,00	16.000.000,00	100
Física	04 projetos	04 projetos	100

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Avaliação dos Resultados:

A ação faixa de fronteira apoiou os seguintes projetos:

1) Recapeamento asfáltico de 36,84km de ruas e avenidas, no município de Boa Vista, no valor de R\$5.036.709,93 (cinco milhões trinta e seis mil setecentos e nove reais noventa e três centavos).

2) Obras de Saneamento Básico e Infra-Estrutura nos bairros Equatorial e Senador Hélio Campos - Setor Oeste no município de Boa Vista - 4ª Etapa, no valor de R\$4.616.623,00 (quatro milhões seiscentos e dezesseis mil seiscentos e vinte e três reais).

3) Terraplenagem, revestimento primário e pavimentação asfáltica em diversas ruas do município de Boa Vista, apoiado o valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4) Construção da 2ª Etapa do Sistema de Macro-Drenagem do Canal Mirandinha nos bairros Aparecida e Caçari no Município de Boa Vista, no valor de R\$5.346.666,67 (cinco milhões trezentos e quarenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Programa 1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES

Dados Gerais do Programa

Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos.
Objetivos Específicos	Implantar projetos para previsão e minimização de desastres.
Gerente do Programa	Roberto Costa Guimarães
Responsável pelo programa âmbito da UJ	Djalma Bezerra de Mello
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Entidade Apoiada
Público-alvo	Instituições de Defesa Civil, Estados, Municípios, Organizações da Sociedade Civil.

Fonte: Coordenação de Defesa Civil

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Ação 8172 - Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Tipo	Finalístico
Finalidade	Fortalecer os órgãos Estaduais e Municipais de Defesa Civil, promovendo uma melhor articulação e preparo entre os integrantes do SINDEC, planejando e organizando recursos humanos, materiais e financeiros no âmbito do SINDEC.
Descrição	Realização de reuniões de coordenação, fóruns técnicos, treinamento e apoio para a elaboração e o aperfeiçoamento do planejamento estadual e municipal de Defesa Civil.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador da Ação	Adelaide Maria Pereira Nacif
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas responsáveis	Coordenação de Defesa Civil
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Constituição Federal, Resolução nº2/CONDEC, Decreto nº 5.376/2005, Lei Complementar 124/2007 e Decreto nº 6.218/2007.

Fonte: Coordenação de Defesa Civil

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	250.000,00	0,00	-
Física	01	-	-

Fonte: Coordenação de Defesa Civil

Avaliação dos Resultados:

Em que pese os recursos terem sido destacados à Universidade Federal do Pará-UFPA, através de cooperação técnica para a para apoio ao projeto “Monitoramento hidroclimatológico para prevenção de ações em defesa civil na Amazônia Legal”, no valor de R\$249.991,08 (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e noventa e um reais e oito centavos), foram devolvidos à SUDAM.

Programa 1029 - RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO

Dados Gerais do Programa

Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos
Objetivos Específicos	Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres.
Gerente do Programa	Roberto Costa Guimarães
Responsável pelo programa âmbito da UJ	Djalma Bezerra de Mello
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Entidade Apoiada
Público-alvo	Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos.

Fonte: Coordenação de Defesa Civil

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Ação 8363 - Gerenciamento de Riscos e Desastres na Amazônia Legal

Dados Gerais da Ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Promover o planejamento preventivo, e de contingência e, o atendimento da população afetada por desastres.
Descrição	Gerenciamento de informações de riscos e desastres na área de atuação da SUDAM.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador da Ação	Adelaide Maria Pereira Nacif
Unidade Executora	53202- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas responsáveis	Coordenação de Defesa Civil
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Constituição Federal, Resolução nº2/CONDEC, Decreto nº 5.376/2005, Lei Complementar 124/2007, Decreto nº 6.218/2007.

Fonte: Coordenação de Defesa Civil

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	300.000,00	65.755,00	22
Física	02	01	50

Fonte: Coordenação de Defesa Civil

Avaliação dos Resultados:

Dentre os projetos apoiados, destacamos:

a) Ação orçamentária: assistência humanitária a 26.834 pessoas afetadas pela seca nos municípios de Arraias, Aurora do Tocantins, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Jáu do Tocantins, Novo Jardim, Paranã, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, São Valério, Taguatinga e Taipas do Tocantins, que decretaram situação de emergência.

Os recursos na ordem de R\$65.755,00(sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e cinco reais), destinaram-se à aquisição de materiais para a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água, nas áreas afetadas pelo desastre.

b) Ação Não Orçamentária: apoio técnico e logístico à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Santarém-Pa na situação de emergência decretada em maio de 2008 na área urbana da cidade, atingida por enchentes e deslizamentos de terras.

Programa 0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - FINANCIAMENTO COM RETORNO

Ação 0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	852.318.289,00	-	-
Física	-	-	-

Fonte: Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Este Programa está sob a supervisão do Ministério da Integração Nacional e teve um valor previsto de R\$852.318.289,00, contudo, não foram executados em razão das Cartas-Consultas apresentadas não atenderem aos critérios técnicos e legais exigidos para aprovação.

2.4 Desempenho Operacional

A SUDAM, com vistas a resgatar o compromisso de uma gestão orientada para resultados, aprovou no âmbito das ações relativas à Administração dos Incentivos Fiscais e ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, a implantação de um conjunto de 19 (dezenove) Indicadores de Desempenho Institucional, que avaliarão o desempenho dessas ações no ano de 2008, conforme será visto mais adiante.

Esses indicadores foram construídos pelos servidores da SUDAM, em parceria com a Controladoria Geral da União no Pará, e tomaram por base a metodologia “Mapa de Produtos” adotada pelo Tribunal de Contas da União, tendo, portanto, consistência técnica e contemplam as principais dimensões de qualidade exigidas para adoção de indicadores de desempenho institucional.

Justifica-se a eleição desses instrumentos em razão primeira, por representarem juntos 98,61% dos recursos administrados pela SUDAM e ainda por se constituírem nos principais macroprocessos desta Autarquia.

No decorrer do exercício de 2009 serão retomadas as discussões com a CGU/PA para implementação dos demais indicadores que possibilitarão a avaliação de 100% dos recursos da SUDAM, assim como o melhor acompanhamento de alguns processos considerados críticos, de natureza operacional, a exemplo, da análise de prestação de contas, dentre outros.

Com a adoção dessa nova política administrativa, na área de recursos humanos, otimizou-se a aplicação dos recursos na área de capacitação e valorização do servidor, priorizando-se os eventos oferecidos pelas Escolas de Governo por apresentarem um custo bem menor que os das entidades privadas. Outros foram realizados sem custos à SUDAM, como os oferecidos pelo Ministério da Integração e Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, como, as Teleconferências e Oficinas, bem ainda os treinamentos internos ministrados pelos próprios servidores que atuam como agentes multiplicadores do conhecimento.

Apenas 3,6% do total dos cursos realizados não atenderam as expectativas dos participantes, isso corresponde a 2 (dois) cursos do total de 56 realizados; um na área de

convênios, e o outro na área de informática. Contudo, a Unidade de Pessoal vem adotando medidas internas visando evitar a ocorrência desses fatos, como aprovação da Norma de Capacitação que visa à adoção de procedimentos nos processos de capacitação, como por exemplo, a obrigatoriedade de apresentação de relatório de avaliação do curso, para que possa se possível medir o alcance dos resultados pretendidos.

No que diz respeito à contenção de despesas com a manutenção das atividades administrativas, registrou-se uma economia no consumo de água e energia elétrica em 2008 com relação ao exercício de 2007, passando de 2.064 litros para 1.913 litros e em energia elétrica de 107.750KW para 100.541KW, resultante da revisão da demanda contratada.

A SUDAM com o objetivo de estabelecer o planejamento da informatização na Instituição, vem elaborando o seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação- PDTI, com as diretrizes básicas que nortearão as atividades relacionadas com a informática em um prazo de resposta adequado. Esse é um dos maiores desafios,

Um dos maiores desafios da Instituição para 2009 é fornecer as informações necessárias de forma confiável e tempestiva, para a melhor tomada de decisão, além de agregar valor aos seus produtos e serviços, auxiliando no cumprimento de sua missão e na obtenção dos melhores resultados.

Algumas diretrizes já estão sendo tomadas pela Administração visando à padronização com outras Instituições, a exemplo das parcerias com o Ministério da Integração e SUDENE, onde haverá compartilhamento de recursos, tanto no desenvolvimento quanto na operação de soluções, inclusive através de equipamentos.

Um dos pontos fundamentais nesta nova visão de tecnologia será a implantação de novos equipamentos e contratação de serviços para atualização do Parque Tecnológico na área de Servidores de Dados, com a implantação de novo Data Center para subsidiar os Sistemas de Informação através da Web, em substituição aos já existentes, utilizando novas linguagens de programação e de Banco de Dados.

As definições das soluções de informática para a SUDAM ocorreram em meados de junho/2008, e com o número reduzido de servidores para viabilizar os Planos, a aplicação

do grande volume de recursos aportados através do OGU e a quantidade de projetos, suscitou a definição de estratégia adotada para se concretizar a execução.

A maioria da linha de ação para compras de equipamentos e contratação de serviços deu-se mediante adesão à Ata de Registro de Preços, diminuindo o custo com licitação e licitação na modalidade pregão eletrônico, constituindo-se em vantagem considerável na formação de preço.

Quanto aos serviços assistenciais aos servidores e dependentes foram realizados 1.870 atendimentos médicos, tanto internos – no ambulatório da SUDAM, quanto externos – hospitais e clínicas. Os atendimentos odontológicos totalizaram 608, computados os internos e externos.

Os atendimentos de enfermagem alcançaram 396 procedimentos, consistindo em aplicações de injetáveis, curativos em geral, aerosol, infravermelho, medição de pressão arterial, medição de peso e altura, retirada de pontos cirúrgicos e outros.

Foram ainda outras ações, tais como: elaboração do edital de credenciamento médico e hospitalar; cadastramento dos servidores no Programa de Assistência à Saúde dos Servidores-PROAS; aprovação da Norma de Procedimentos do PROAS; Campanha de Vacinação contra Febre Amarela, Influenza e Dupla Adulto – DT, onde foram realizadas 292 imunizações; Campanha preventiva de Saúde Bucal, com a participação de 93 servidores; Palestra sobre a importância da prevenção do câncer de boca; Exame de Saúde Ocupacional em 144 servidores, envolvendo exames de avaliação clínica, exames laboratoriais, exame oftalmológico, pesquisa de sangue oculto nas fezes, mamografia e preventivo ginecológico para as mulheres e PSA para os homens.

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia em 2008 aprovou 5 (cinco) Cartas-Consultas, que consistem em projetos de geração de energia (Maranhão e Pará), linha de transmissão (Mato Grosso e Rondônia) e telefonia móvel (Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará e Roraima).

A aprovação das Cartas-Consultas referentes a geração de energia visam a estimulação do crescimento da matriz energética brasileira, que contará com mais 346,1MW de energia produzida, através da implantação de uma Pequena Central Hidroelétrica - PCH

em Altamira (Pará), que estima-se, a produção de 15MW e duas Usinas Termoelétricas no município de Miranda do Norte, no Maranhão, que terá capacidade instalada para produção 331,7MW de energia e disponibilização de 318,5MW.

Com esse incremento será possível atender a aproximadamente 364 mil famílias de até 5 pessoas, ou seja, serão mais de 1.800 pessoas que poderão contar com serviço de energia elétrica em suas residências. Isso corresponde a mais de 12% de toda a população da Região Norte (Fonte: Censo IBGE/2007).

Relativamente às cartas-consultas de linhas de transmissão, serão mais 747km de linhas de transmissão implantadas no Estado do Mato Grosso, ultrapassando suas fronteiras até cidade de Vilhena, em Rondônia, com a instalação da empresa Jauru Transmissora de Energia S/A. A construção da rede de transmissão da empresa Brasnorte Transmissora de Energia S/A abrangerá os municípios de Araputanga, Barra do Bugres, Figueirópolis d' oeste, Indiavaí, Jauru, Reserva do Cabaçal, Salto do Céu, Tangará da Serra, Brasnorte, Campo Novo do Parecis, Nova Maringá, Nova Mutum e São José do Rio Claro.

Referente à telefonia móvel, a Carta-Consulta aprovada visa à implantação, ampliação e modernização dos serviços da empresa TNL PCS S/A, que envolve a transmissão de dados e uma rede de telefonia nos estados do Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará e Roraima.

No total, essas Cartas-Consultas somam investimentos na ordem de R\$1.3 bilhão. Desse montante R\$731 milhões serão aplicados FDA; significa dizer que, quando transformados em projetos, esses empreendimentos gerarão mão-de-obra na ordem de 4 mil empregos fixos e 2,5 mil empregos variáveis.

Os efeitos desses investimentos aquecerão o setor produtivo da economia regional e convergem à Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que objetiva a redução das desigualdades regionais por meio de instrumentos que estimulem a formação de capital fixo e social no Norte do Brasil.

CARTAS-CONSULTAS APROVADAS - 2008

NR	EMPRESA	MUNICÍPIO	UF	RP	FDA/ADA	OUTROS	TOTAL	OBJETIVO
1	Eletricidade Paraense Ltda.	Altamira	PA	23.073.272	65.000.000	21.000.000	109.073.272	PCH de 15 MW
2	Geradora de Energia do Norte S/A	Miranda do norte	MA	134.020.000	314.100.000	75.370.000	523.490.000	UTE 331,7MW e UTE de 318,5MW
3	Jauru Transmissora de energia S/A	MT e RO	-	82.591.481	72.297.211	-	154.888.692	Linha de Transmissão de 345 km
4	TNL PCS S/A	AP/AM/MA/P A/RR	-	103.817.200	155.725.800	-	259.543.000	Telefonia Móvel
5	Brasnorte Transmissora de Energia S/A	Diversos	MT	78.702.895	123.398.895	12.407.250	214.509.040	Linha de transmissão de 402 km
Total				422.204.849	730.521.906	108.777.250	1.261.504.005	

Fonte: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

Ainda no âmbito do FDA foi aprovado 1 projeto, que destina-se a ampliação da fabricação de vergalhões e gotão, com valor de R\$31.474.021,00. Esse projeto pretende gerar 120 postos de trabalhos diretos e 120 indiretos, além de mais 1.000 postos que serão demandados quando das obras do empreendimento, que poderão ser concluídas em até 3 (três) anos.

Justifica-se o número reduzido de projetos aprovados em razão da grande quantidade de cartas-consultas apresentadas não atenderem aos critérios técnicos estabelecidos tanto pela SUDAM quanto pela legislação do Fundo.

PROJETOS APROVADOS

2008

NR	EMPRESA	MUNICÍPIO	UF	RECURSOS (Em 1,00)		Mão de obra		Objetivo
				FDA/ADA	Total	direto	indireto	
1	Alubar Metais S/A	Barcarena	PA	31.474.021,00	56.749.973,50	120	120	Fabricação de vergalhões e gotão.
TOTAL				31.474.021,00	56.749.973,50	120	120	

Fonte: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

A SUDAM liberou em 2008 recursos na ordem de R\$216 milhões, em projetos da área de geração de energia, curtume e frigorífica, conforme tabela a seguir.

Valores liberados em 2008, com resto a pagar de 2006 e 2007, POR UNIDADE DE FEDERAÇÃO

Nr	Empresa	UF	Str	Recursos do FDA (valores em 1,00 real)			Objetivo
				Aprovado	Liberado	Saldo	
01	Companhia Energética Manauara	AM	INF	118.795.874,36	29.894.015,60	88.901.858,76	UTE de 85,38MW
02	Gera - Geradora de Energia do Amazonas S/A	AM	INF	116.194.954,88	15.325.003,73	100.869.951,15	UTE de 81,25MW
Sub - total				234.990.829,24	45.219.019,33	189.771.809,91	
01	Geraoeste - Usinas Elétricas do Oeste Ltda	MT	INF	78.382.800,00	21.330.000,00	57.052.800,00	PCH de 29,10MW
02	Brazservice Wet Leather S/A	MT	IND	17.416.046,00	14.019.257,00	3.396.789,00	Curtime
03	Usina Elétrica do Nhandú S/A	MT	INF	60.061.800,00	21.500.000,00	38.561.800,00	PCH de 13MW
Sub - total				155.860.646,00	56.849.257,00	99.011.389,00	
01	Eletrogoes S/A	RO	INF	153.579.577,00	83.903.386,00	69.676.191,00	UHE de 73,50MW
02	Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S/A	RO	IND	53.792.703,00	5.992.622,92	47.800.080,08	Frigorífico
Sub - total				207.372.280,00	89.896.008,92	117.476.271,08	
01	Porto Franco Energética S/A	TO	INF	78.000.000,00	24.261.120,00	53.738.880,00	PCH de 30MW
Total				676.223.755,24	216.225.405,25	459.998.349,99	

Obs.: Estes projetos foram aprovados em 2006, exceto Minerva que foi aprovado em 2007.

Fonte: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

O desempenho operacional do Fundo pode ser melhor avaliado a partir da análise dos indicadores relacionados abaixo, que foram implementados e objetiva a identificação e avaliação do esforço e da eficiência na gestão do FDA.

1º Indicador – Capacidade Geral de Análise – CGA%.

a) Utilidade: Determinar se as cartas-consultas protocoladas na SUDAM no âmbito do FDA estão sendo analisadas no mesmo exercício.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo: $CGA = \frac{CC \text{ Analisadas}}{\text{Total CC Protocoladas}} \times 100 = \frac{20}{20} \times 100 = 100 \%$.

$$\frac{20}{20}$$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do número de cartas-consultas analisadas pelo número de cartas-consultas protocoladas multiplicado por 100.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: 100,00 %, todas as cartas-consultas protocoladas em 2008, foram analisadas no decorrer do exercício.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Não se aplica, uma vez que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.

2º Indicador - Produtividade da Função Análise – PFA.

a) Utilidade: Determinar se a produtividade dos servidores na análise das cartas consultas tem aumentado.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo:
$$PFA = \frac{\text{CC Analisadas}}{\text{Número de Técnicos por Análise}} = \frac{20}{4} = 5$$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do número de cartas-consultas analisadas pelo número de técnicos diretamente envolvidos na função análise de cartas-consultas.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: o valor indica que cada técnico analisou em média 5 cartas-consultas no decorrer do exercício de 2008.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador. Entretanto ressaltamos os seguintes aspectos que julgamos relevantes:

1º - Esta a é a primeira vez que mesuramos este indicador, portanto não temos dados comparativos para indicar se a produtividade dos servidores envolvidos na análise de cartas-consultas tem aumentado.

2º - Os servidores envolvidos na análise das cartas-consultas (quatro servidores) atuam paralelamente na análise de pleitos de adequação técnica de projetos aprovados no âmbito do FDA, liberação de recursos, controle do comprometimento do Fundo, divulgação do FDA e de todas as atividades relacionadas à operacionalização do FDA, que compreendem análises técnicas diversas, apresentação de seminários, treinamentos e sugestões de prioridades do Fundo entre outros.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Não se aplica, uma vez que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.

3º Indicador – Taxa de Consistência das Cartas-Consultas – TCCC%.

a) Utilidade: Determinar se a empresa tem encaminhado as cartas-consultas dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela SUDAM e se a qualidade técnica das cartas-consultas apresentadas tem melhorado.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo:
$$TCCC = \frac{\text{CC aprovadas}}{\text{CC analisadas}} \times 100 = \frac{5}{20} \times 100 = 25\%$$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do número de cartas-consultas aprovadas pelo número de cartas-consultas multiplicado por 100.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: indicam que 25% das cartas-consultas analisadas obtiveram aprovação no decorrer do exercício de 2008.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos que a taxa de 75% de cartas-consultas devolvidas, se deu em função da apresentação de pleitos fora dos critérios técnicos estabelecidos pela SUDAM, inobservância dos limites de participação do FDA e de recursos próprios, falta de apresentação de documentação indispensável à análise das cartas-consultas, falta de comprovação de idoneidade cadastral e capacidade financeira.

Ressaltamos que esta a é a primeira vez que mesuramos este indicador por tanto não temos dados comparativos para indicar se a qualidade técnica apresentadas a SUDAM tem melhorado.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Estão sendo realizados seminários nos Estados da Amazônia legal, inclusive com participação de procuradores de empresas interessadas na sistemática do FDA, objetivando a divulgação e orientação das nas normas de operacionalização do Fundo, destacando os modelos e orientação para apresentação de cartas-consultas e projetos no âmbito do FDA. Já foram firmados convênios com os Estados do Amapá e Tocantins de

cooperação técnica no sentido de disponibilizar informações técnicas acerca das políticas de incentivos fiscais e financeiros praticadas pelo Governo Federal por meio da SUDAM, visando orientar as empresas interessadas nestes benefícios para encaminhar pleitos a esta Autarquia.

4º Indicador – Tempo Médio de Tramitação de Processos – TMTP dias.

a) Utilidade: Indicar o tempo médio de aprovação de uma carta-consulta.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo: $TMTP = \frac{\Sigma \text{ da duração de cada processo (dias)}}{\text{Número de processo analisados}} = \frac{600}{20} = 30 \text{ dias}$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do somatório da duração (em dias) de cada processo pelo numero de processos analisados.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: 30 dias, indica que no decorrer do exercício de 2008, o tempo médio de aprovação de uma carta-consulta foi de 30 dias.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador

Ressaltamos que esta a é a primeira vez que mesuramos este indicador por tanto não temos dados comparativos para indicar se o tempo médio de aprovação de uma carta-consulta tem diminuído.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Não se aplica, uma vez que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.

5º Indicador – Taxa de Consistência de Aprovação de Cartas-Consultas – TCAC %.

a) Utilidade: Determinar se as cartas-consultas aprovadas pela SUDAM tem resultado em projetos aprovados pelo agente(s) operador(es).

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo: $TMTP = \frac{\text{Numero de projetos aprovados}}{\text{Numero de cartas-consultas aprovadas}} = \frac{1}{5} \times 100 = 20\%$

- d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do número de projetos aprovados pelo número de cartas-consultas aprovadas, multiplicado por 100.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.
- f) Resultado do Indicador no Exercício: 20%.
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos que o número de projetos aprovados em 2008 (um projeto), refere-se à carta-consulta aprovada em 2007 e as cartas-consultas aprovadas em 2008 (cinco cartas-consultas), foram aprovadas no final do exercício de 2008, portanto o resultado de 20%, não traduz fielmente a utilidade do indicador. Entretanto informamos que até a presente data todas as cartas-consultas aprovadas resultaram em projetos exceto aquelas em que o próprio proponente solicitou a o cancelamento da análise de seu projeto.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Não se aplica, uma vez que o desvio detectado se deu em função de fatores temporais inerente ao próprio andamento de análise dos pleitos de análise de cartas-consultas e projetos, resultando na aprovação de projetos fora do exercício em que foram aprovadas suas respectivas cartas-consultas.

6º Indicador – Índice de Sucesso dos Projetos Acompanhados - ISA %.

- a) Utilidade: Indicar se os projetos acompanhados (pelo agente operador) têm apresentados resultados positivos.
- b) Tipo: Eficiência.
- c) Fórmula de Cálculo: $ISA = \frac{\text{Número de projetos acompanhados c/ resultados positivos}}{\text{Número de projetos acompanhados}} \times 100$

$$ISA = \frac{15}{15} \times 100 = 100\%$$

15

- d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do número de projetos acompanhados com resultados positivo pelo número de projetos acompanhados, multiplicado por 100, ou seja, foram aprovados 11 projetos até 2008, sendo que 2 ainda não foram acompanhados pelo banco operador.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: 100% indicam que todos os projetos acompanhados pelo agente operador tiveram resultados positivos.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Não se aplica, uma vez que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.

7º Indicador – Capacidade de Impacto Econômico do Incentivo - CIEI %

a) Utilidade: Indicar se o volume de projetos aprovados no âmbito do FDA tem aumentado, e o impacto desse volume em relação ao Produto Interno Bruto – PIB.

b) Tipo: Efetividade.

c) Fórmula de Cálculo: $CIEI = \frac{\text{Valor total de projetos aprovados do FDA no exercício (R\$)} \times 100}{\text{Total do PIB (R\%)}}$

$$CIEI = \frac{31.474.021,00}{2.744.584.208.695,65} \times 100 = 0,00115\%$$

Obs.: O valor do PIB foi fornecido pela Coordenação Geral de Cooperação e Articulação de Políticas.

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do valor total de projetos aprovados do FDA no exercício (R\$) pelo valor total do PIB (R\$), multiplicado por 100.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: = 0,00115% , indica que os projetos aprovados no exercício têm baixo impacto quando comparado com a projeção do PIB para 2008.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: O baixo índice obtido neste indicador deve-se falta de conhecimento e interesse dos possíveis empreendedores em optar pela sistemática do FDA. Com relação a 2007 (foram aprovados 2 Projetos no âmbito do FDA) em 2008 houve uma redução de 50% em relação a projetos aprovados, uma vez que em 2008, foi aprovado 01 (um) projeto na sistemática do FDA.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Estão sendo realizados seminários nos Estados da Amazônia legal, inclusive com participação de procuradores de empresas interessadas na sistemática do FDA, objetivando a divulgação e orientação das nas normas de operacionalização do Fundo, destacando os modelos e orientação para apresentação de cartas-consultas e projetos no âmbito do FDA. Já foram firmados convênios com os Estados do Amapá e Tocantins de cooperação técnica no sentido de disponibilizar informações técnicas acerca das políticas de incentivos fiscais e financeiros praticadas pelo Governo Federal por meio da SUDAM, visando orientar as empresas interessadas nestes benefícios para encaminhar pleitos a esta Autarquia.

8º Indicador – Índice de Efetividade Social do Incentivo - IESI

a) Utilidade: Indicar se o FDA tem contribuído efetivamente para geração de empregos e renda na região e o esforço financeiro para geração desses empregos.

b) Tipo: Efetividade.

c) Fórmula de Cálculo: $IESI = \frac{\text{Valor total dos projetos financiados}}{\text{Numero total de empregos diretos}}$

$$= \frac{31.474.021,00}{120} = 262.284$$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do valor total de projetos financiados do FDA no exercício (R\$) pelo numero total de empregos diretos que estes projetos geram.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: = 262.284, indica que para gerar cada emprego, estão sendo aplicado um esforço financeiro de R\$262.284,00.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Não se aplica, uma vez que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.

9º Indicador – Índice de Efetividade Produtiva do Benefício - IEP

Quanto a esse indicador não teve aplicação para o exercício de 2008, por essa razão deixou de ser calculado.

No âmbito da Redução do Imposto de Renda - IRPJ, incentivo especial destinado a projetos de implantação, ampliação, diversificação ou modernização total ou parcial, enquadrados em setores da economia considerados pelo Decreto nº 4.212/2002, prioritários ao desenvolvimento regional, consistindo na redução de até 75% do Imposto de Renda devido da Pessoa Jurídica, calculado com base no lucro da exploração da atividade econômica.

Nessa linha de investimento a SUDAM aprovou 291 projetos no ano de 2008, conforme demonstrado nas tabelas abaixo.

Projetos Aprovados - 2008

Tipo de Incentivo	Quantidade	Estados	Setores
Implantação	148	AM, MT, RO, PA, AP, TO	Agroindústria, Indústria e Serviço
Diversificação	57	AM, MT, PA	Agroindústria, Indústria e Serviço
Ampliação	31	AM, PA	Indústria, Serviço
Modernização	36	AM, MA, PA, AP, RR	Indústria, Serviço
Reinvestimento	6	PA, AM	Indústria
Renovação da Marinha Mercante	4	PA	Indústria
Redução do Imposto de Renda - Remanescente	2	AM	Indústria
Manutenção de Operação	6	AM, MT	Indústria e Serviço
Redução do Imposto de Renda Escalonado	1	PA	Indústria
Total	291		

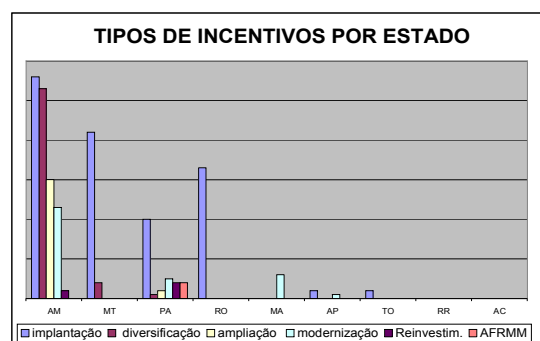
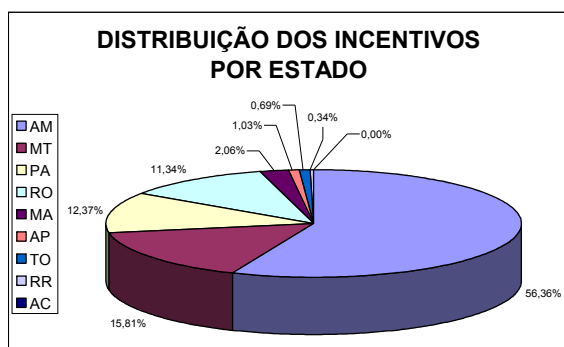
Fonte: Coordenação Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros

Do total de 291 projetos mais de 50% referem-se a projetos de implantação e concentram-se no Estado do Amazonas, devido a existência do Polo Industrial de Manaus-PIM e dos incentivos da Zona Franca de Manaus.

Distribuição dos projetos aprovados por estado:

UF	Total	Implantação	Diversificação	Ampliação	Modernização	Reinvestimento	AFRMM
AM	164	56	53	30	23	02	0
MT	46	42	04	0	0	0	0
PA	36	20	01	02	05	04	04
RO	33	33	0	0	0	0	0
MA	06	0	0	0	06	0	0
AP	03	02	0	0	01	0	0
TO	02	02	0	0	0	0	0
RR	01	0	0	0	0	0	0
AC	0	0	0	0	0	0	0
Total	291	155	58	32	36	06	04

Fonte: Coordenação Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros



Em 2008 houve um incremento de 80% no volume de projetos aprovados em relação a 2007. Isso decorreu da qualidade técnica dos projetos apresentados na SUDAM, diminuindo, assim, o tempo de análise.

Outro ponto importante a ser destacado em 2008, foi o trabalho desenvolvido para reduzir a quantidade de projetos protocolados na extinta SUDAM. Os efeitos são visíveis posto que foram concluídas as análises de 77 projetos e arquivados por pendências documentais e/ou não enquadramento nos setores prioritários definidos pelo Decreto 4.212/2002.

Os incentivos especiais tem como pressuposto básico de que o produto resulta em lucro para a empresa e para a região Amazônica, alavancando os setores produtivos considerados prioritários da economia regional.

O sucesso desse tipo de Incentivo como instrumento de combate às desigualdades regionais, está fundamentado sobre 3 (três) pilares: 1) enquadramento nas diretrizes e prioridades da política na região; 2) atrelamento ao produto incentivado e não à empresa que o produz; 3) destinação dos recursos do resultado da empresa à produção do bem por meio de redução do imposto em razão da exploração econômica do mesmo.

O desempenho operacional da Renúncia Tributária pode ser melhor avaliado a partir da análise dos indicadores relacionados abaixo, que foram implementados e objetiva avaliar a condução das atividades implementadas pela unidade responsável pelos Incentivos Fiscais na SUDAM, com vistas à identificação e avaliação do esforço e da eficiência governamental.

Os indicadores levaram em consideração para sua elaboração os seguintes critérios: utilidade, tipo, fórmula de cálculo, método de aferição, área responsável pelo cálculo ou medição, descrição dos desvios estruturais ou situacionais que afetaram os resultados e descrição das medidas implementadas para tratar as causas do insucesso.

1º Indicador – Capacidade Geral de Vistoria – CGV%.

- a) Utilidade: Determinar se a SUDAM tem conseguido vistoriar todos os projetos no mesmo exercício em que foram protocolados.
- b) Tipo: Eficiência.
- c) Fórmula de Cálculo: Capacidade Geral de Vistoria = Nº de vistorias realizadas / Total de pleitos processados no exercício; $CGV = 145 / 92 = 157,61\%$
- d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão percentual do número de vistorias realizadas no período pelo número de pleitos processados.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Benefícios Fiscais e Financeiros.
- f) Resultado do Indicador no Exercício: 157,61%. Foram vistoriados pleitos com entrada em 2008, assim como pleitos com entrada em anos anteriores a 2008.
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: A possível ‘disfunção’ está no fato de haverem projetos sem a devida instrução, mas que foram mantidos em carteira, sobrestados, para posterior vistoria, vindo a apresentarem em condições de vistoria posteriormente. Com os números de 2007, teríamos $CGV=56/169=33,14\%$.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: A Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007, publicada no DOU de 15/01/2008, traz as medidas que já estão evitando o que seriam as ‘disfunções’.

2º Indicador - Produtividade da Função Vistoria – PFV.

- a) Utilidade: Determinar se a produtividade dos servidores na vistoria de projetos tem aumentado.
- b) Tipo: Eficiência.
- c) Fórmula de Cálculo: Produtividade da Função Vistoria = Nº de vistorias realizadas / Nº de Técnicos que realizaram vistorias. $PFV = 145 / 14 = 10,36$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do número de vistorias realizadas pelo número de técnicos responsáveis pelas vistorias.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.

f) Resultado do Indicador no Exercício: o resultado indicou que, em média, cada técnico responsável realizou pelo menos 10 vistorias no decorrer do exercício de 2008.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador. Entretanto ressaltamos os seguintes aspectos que julgamos relevantes:

1º - Em 2007, foram vistoriados 56 empreendimentos por 14 técnicos. Aplicando-se a fórmula presente, teríamos o resultado de 4,00 ($PFV=56/14=4,00$). Comparando os resultados, poderíamos afirmar que a produtividade dos servidores responsáveis pelas vistorias nesta Coordenação-Geral aumentou de 2007 para 2008 (de 4,00 para 10,36).

2º - Em 2007 foram realizadas poucas vistorias em virtude do tempo decorrido entre a criação da nova SUDAM, em meados de agosto daquele ano, e a adoção das medidas complementares que possibilitaram o seu efetivo funcionamento. Em 2008, havia um número excedente de pleitos com entrada em anos anteriores, inclusive de 2007, ainda pendentes de vistorias, o que acarretou a maior programação de vistorias durante 2008.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: A edição da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007, publicada no DOU de 15/01/2008, assim como o arquivamento de pleitos com instrução incompleta que constavam como pleitos a vistoriar.

3º Indicador – Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria – IPV%.

a) Utilidade: Determinar se as vistorias realizadas têm resultado em emissões efetivas de laudos e se as empresas têm encaminhado projetos dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela SUDAM.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo: Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria = N° de Laudos emitidos no exercício / N° de vistorias realizadas no exercício. $IPV = 272 / 145 = 1,88$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão entre o número de Laudos emitidos no exercício e o número de vistorias realizadas no exercício.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.

f) Resultado do Indicador no Exercício: indicam que foram emitidos, em média, 1,88 laudos por empreendimento vistoriado. Os pleitos aptos pra vistoria e efetivamente vistoriados encontravam-se

dentro dos critérios técnicos definidos na legislação vigente e instruídos conforme o que preceitua a Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007, publicada no DOU de 15/01/2008.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos que, para cada vistoria realizada podem ser vistoriadas mais de uma linha de produção. Os laudos são emitidos para cada linha de produção vistoriada. O que acarreta o resultado do indicador.

Tomados os números de 2007, teríamos 109 laudos emitidos para 56 empreendimentos vistoriados, resultando em 1,95. O que aponta um resultado maior que o obtido em 2008.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Com a implementação do sistema informatizado de entrada dos pleitos, será possível obter-se a equivalência pleito processado x linha de produção vistoriada, sendo possível, assim, avaliar com maior clareza o resultado para o indicador.

4º Indicador – Volume de Pleitos Atendidos – VA%

a) Utilidade: Indicar se a SUDAM tem conseguido reduzir o estoque acumulado de projetos a analisar (laudos a emitir, atendimento a clientes) e se os projetos protocolados têm resultado em concessão de benefícios.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo: Volume de Pleitos Atendidos = N° de Laudos e Declarações Emitidos no Exercício / N° de Pleitos Existentes [N° de Pleitos Existentes = N° Final de pleitos + N° de entradas].

$$VPA = 291 / 281 = 103,56\%$$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão entre o número de pleitos atendidos, sejam laudos ou declarações, e o número de pleitos existentes ‘em carteira’ (número de pleitos de anos anteriores e o número de pleitos com entrada no ano vigente).

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.

f) Resultado do Indicador no Exercício: 103,56% indica que no decorrer do exercício de 2008, foi reduzido o estoque de projetos a analisar advindos de anos anteriores e que os projetos protocolados têm resultado em concessão de benefícios, em sua maioria absoluta.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.

Tomados os números de 2007, teríamos 112 laudos emitidos para 56 empreendimentos vistoriados, resultando em 1,95. O que aponta um resultado maior que o obtido em 2008.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Com a implementação do sistema informatizado de entrada dos pleitos, será

possível obter-se a equivalência pleito processado x linha de produção vistoriada, sendo possível, assim, avaliar com maior clareza o resultado para o indicador.

5º Indicador – Capacidade de Atendimento – CA%

a) Utilidade: Determinar se a SUDAM tem conseguido emitir os laudos no mesmo exercício em que os pleitos têm sido protocolados.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo: Capacidade de Atendimento = Nº de Laudos e Declarações Emitidos no Exercício / Nº de Pleitos com Entrada no Exercício. $CA = 291 / 92 = 316,30\%$.

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão entre o número de documentos emitidos no exercício e o número de pleitos com entrada no exercício.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.

f) Resultado do Indicador no Exercício: 316,30%.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: O número de laudos emitidos na maioria das vezes é superior ao número de pleitos com entrada no exercício, pois, atualmente, em cada projeto podem ser pleiteados benefícios para várias linhas de produção, ocasionando a emissão de vários laudos para um único pleito. Outro fato relevante foi a emissão do Decreto nº 6.539/2008, que ocasionou certa inibição na entrada de pleitos na SUDAM, haja vista as dúvidas causadas com relação aos conceitos das modalidades para as quais se concede o benefício fiscal da redução do IRPJ. Além disso, durante o exercício, foi atendido um número significativo de pleitos com entrada em anos anteriores a 2008. Tomando-se os números de 2007, teríamos 74,56% para este indicador.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: A instalação do sistema de análise de pleitos de redução do IRPJ, que ao ser implementada poderá ocasionar a equivalência pleito x laudo emitido. As demandas voltaram a certa normalidade, justamente após a edição do Decreto nº 6.674, já em dezembro de 2008, que corrigiu as distorções conceituais oriundas do Decreto nº 6.539, de agosto de 2008, assim como a edição da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007, publicada no DOU de 15/01/2008 e o arquivamento de pleitos com instrução incompleta que constavam como pleitos a vistoriar.

6º indicador – Tempo Médio de Tramitação de Processos – TMTP dias.

a) Utilidade: Indicar o tempo médio de aprovação de um projeto de incentivo fiscal.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo: Tempo Médio de Tramitação de Processos = Soma da Duração de Processos Solucionados Com Sucesso / Nº de Processos Solucionados Com Sucesso. $TMTP = 46.565 / 165 = 282$ dias.

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do somatório da duração (em dias) de cada processo solucionado com sucesso pelo número de processos solucionados com sucesso. Foram tomados por base a data de entrada do pleito e a data da emissão do laudo.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.

f) Resultado do Indicador no Exercício: 282 dias, indica que no decorrer do exercício de 2008, o tempo médio de aprovação de um pleito foi de 282 dias.

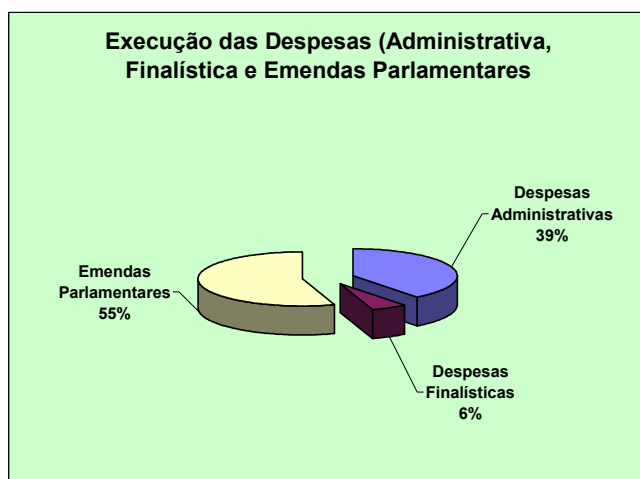
g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Pleitos de anos anteriores mantidos 'em carteira', sobrestados, sem as completas instruções processuais, que vieram a ser complementados em 2008, tornando-se aptos à vistoria e posterior emissão de laudo, pois assim era permitido pela legislação vigente, à época. Cabe ressaltar que os pleitos que davam entrada na SUDAM, quase sempre, possuem instrução processual incompleta, o que contribuiu sobremaneira para o excessivo de tempo para o atendimento dos processos. Em 2007, o tempo médio foi de 288 dias.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: novos procedimentos adotados em obediência à Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007, publicada no DOU de 15/01/2008, assim como o arquivamento de pleitos com instrução incompleta que constavam como pleitos a vistoriar.

Quanto aos indicadores Índice de Cobertura dos Incentivos Fiscais (ICIF), Capacidade de Impacto Econômico do Incentivo (CIEI), Índice de Efetividade Social do Incentivo (IESI) e Índice de Efetividade Produtiva do Benefício (IEPB), em razão de indisponibilidade, quando da apuração dos indicadores, e pelo fato da sua implementação ter ocorrido em novembro/2008, não houve tempo suficiente para coletarmos os dados necessários para o cálculo.

A execução orçamentária da SUDAM em 2008 foi realizada conforme detalhamento nos quadros abaixo.



Fonte: Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária

Quadro Comparativo da Execução das Despesas por Programa Incluindo Emendas MI

COD. PROG.	Programa	Dotação Inicial	Crédito Adicional	Destaque Recursos	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% Executado
89	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	17.446	0	3.834	21.280	17.573	17.573	65%
512	Zoneamento Ecológico-Econômico	7.878.000	0	0	7.878.000	249.997	249.997	50%
0750	Apoio Administrativo	13.919.743	1.783.094	1.885.117	17.587.954	16.152.657	16.152.657	92%
0757	Gestão da Política de Integração Nacional	550.000	0		550.000	399.930	399.930	73%
1025	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO	1.540.000	0	0	1.540.000	690.000	690.000	63%
1027	Prevenção e Preparação para Desastres	250.000	0	5.000.000	5.250.000	5.000.000	5.000.000	95%
1029	Resposta aos Desastres e Reconstrução	300.000	0	0	300.000	65.755	65.755	0%
1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	200.000	0	0	200.000	0	0	0%
1430	Desenvolvimento Macrorregional Sustentável	9.529.000	0	0	9.529.000	868.173	868.173	40%
0120	Desenvolvimento da Faixa de Fronteira			17.600.000	17.600.000	17.600.000	17.600.000	100%
T o t a l		34.184.189	1.783.094	24.488.951	60.456.234	41.044.085	41.044.085	68%

Fonte: Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária

2.4.1 Evolução dos Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	506.032,77	228.564,44	607.871,03
2. DIÁRIAS	211.137,62	136.548,57	244.435,03
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.874.808,75	2.004.343,58	3.083.542,60
3.1 publicidade	78.150,80	58.208,56	134.471,36
3.2 apoio administrativo terceirizado operacional	371.349,29	321.743,62	328.819,45
3.3 vigilância	345.582,42	355.954,44	371.347,16
3.4 limpeza e conservação	444.151,15	438.607,61	500.155,14
3.5 tecnologia de informação	46.147,27	57.132,91	91.150,18
3.6 manutenção e cons. de bens imóveis.	3.296,71	71.807,81	307.517,78
3.7.outras terceirizações	576.904,83	681.386,83	1.339.054,19
3.8. suprimento de fundos	9.226,28	19.501,80	11.027,34
4. CARTÃO DE CRÉDITO DO GOVERNO	1.200,00	7.250,00	8.027,34

Análise da Evolução dos Gastos

Os indicadores de desempenho para avaliação da evolução dos gastos gerais da Instituição estão em fase de construção e discussão junto à Controladoria Geral da União/PA e serão implantados para o exercício de 2009.

Com referência aos gastos ocorridos no período 2006/2007, consideramos no primeiro momento a média de gastos ocorrida naqueles períodos, apresentando-se da seguinte forma:

1. Passagens - a média desses gastos ficou em torno de R\$367.298,61
2. Diárias - a média desses gastos ficou em torno de R\$173.843,10.
3. Serviços terceirizados - a média desses gastos foi de R\$1.939.576,17
4. Cartão de Crédito do Governo - a média desses gastos foi de R\$4.225,00

No primeiro e segundo itens na evolução dos gastos entre 2006 e 2007, houve uma diminuição no exercício 2007, que se justifica pela transição institucional em decorrência da extinção da ADA e criação da SUDAM, portanto neste período ocorreu uma diminuição da execução física e financeira.

Para o item terceiro, serviços terceirizados verificou-se no período analisado com referência a evolução dos gastos, que houve um acréscimo na execução física e financeira,

visto que as rubricas apresentadas deram continuidade as ações executadas em 2006, não sofrendo paralisação no exercício 2007, em decorrência da transição institucional, o que justifica-se por tratar-se de elementos necessários e continuidade das atividades administrativas e finalísticas da instituição.

Para o item quatro referente ao Cartão de Crédito do Governo no período analisado (2006/2007) houve um acréscimo significativo com gastos no cartão, isso devido a suprimento de fundos passar a ser utilizado via cartão de crédito, o que antes era feito através de Ordens Bancárias.

Para o exercício 2008 em referência a 2007, quanto a evolução dos gastos, com referência ao item 1 e 2 - passagens e diárias, houveram acréscimos de 165,95% e 79,00% respectivamente, na execução física e financeira o que justifica-se pela criação da SUDAM com o retorno das atividades finalísticas.

Com referência ao item 3 – serviços terceirizados, houve um acréscimo 53,84 % na execução física e financeira, o que se justifica pela criação da SUDAM com o retorno das atividades finalísticas e continuidade das atividades administrativas para implementação do Plano de Ação 2008.

Com referência ao item 4 – Cartão de Crédito do Governo, houve acréscimo de 9,03% também atribuído ao retorno das atividades normais da SUDAM, além da publicação do Decreto nº 6.370 de 01/02/2008 que trata da obrigatoriedade do uso do cartão de crédito para as despesas de suprimento de fundos.

Para 2008 em referência aos gastos totais, na análise foi considerada a média registrada nos exercícios 2006/2007 e sua relação percentual com a evolução ocorrida no exercício de 2008, que apresentou um acréscimo 58,98% na execução física e financeira, justificada pela criação da SUDAM com o retorno das atividades de implementação do Plano de Ação 2008 e manutenção dos serviços da Instituição.

Referente a evolução com tecnologia da informação deve-se aos investimentos que a SUDAM realizou em 2008 nessa área, foram aplicados em equipamentos e suprimentos conforme quadros abaixo.

Equipamentos de Informática

Descrição	Qtde.	Total (R\$)
Scanners de produção	7	23.200,00
Monitores	15	7.650,00
Rack com chaveamento e console KVM	1	19.080,00
Televisores LCD 42"	2	8.576,00
Biblioteca para Backup	1	32.636,00
Unidade de armazenamento - Storage	1	90.857,64
Impressora Multifuncional	6	5.520,00
Blade Center	1	56.855,00
Lâminas para Blade Center	7	96.775,00
Lousa Interativa	2	50.080,00
Total		391.229,64

Suprimentos de informática:

Descrição	Qtde.	Total (R\$)
Baterias seladas - 40 AH e 60 AH	50	20.126,58
Fitas para backup 400/800 Gb	48	10.800,00
Total		39.176,58

Contratação de serviços:

Descrição	Qtde.	Total (R\$)
Implementação de Data Center	1	16.250,00
Instalação de equipamentos	1	4.200,00
Manutenção de Impressoras de redes	9	7.800,00
Licenças de virtualização com instalação e repasse tecnológico	3	38.431,00
Software de Backup – TIVOLI	1	17.600,00
Site da REPAQ	1	8.000,00
Total		92.281,00

Contratação de Serviços continuados:

Descrição	Qtde.	Total (R\$)
Contratação para serviços de segurança (12 meses)		276.000,00
Acesso ao SIAFI GERENCIAL (12 meses)		15.192,00
Total		291.192,00

O gerenciamento dos recursos para ajustar as ações definidas, fez parte da pauta no decorrer de todo o ano, visando o realinhamento das aquisições em virtude da oferta inicial no Orçamento de custeio e capital, incompatível com as necessidades da Instituição.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve ocorrência no período.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

ANO	INSCRITOS	CANCELADOS	BLOQUEADOS	LIQUIDADOS	PAGOS	A PAGAR
2006	1.130.086.341,17	1.108.042.676,00	6.558.896,00	0,00	15.334.769,17	150.000,00
2007	553.830.445,55	0,00	0,00	833.230,00	190.339.687,29	362.657.528,26
2008	752.366.758,92	1.592.610,33	0,00	47.237,37	239.923.739,70	510.803.171,52

Da totalidade dos Restos a Pagar R\$504.285.316,65 são recursos do FDA empenhados em 2006 e 2007 e estão sendo liberados de acordo com os cronogramas de desembolso previstos nos projetos. Em 2008 não houve execução orçamentária, pelas razões que são apresentadas no Relatório de Gestão do Fundo.

O restante dos recursos inscritos, R\$6.263.363,38, refere-se a convênios firmados em 31/12/2006 que ainda estão nessa conta em face da extinção da ADA em 2007 com a nomeação do gestor apenas em novembro. Isso causou atraso nas liberações, que começaram a ocorrer em 2008.

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIA (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Quadro II.A.3.

Tipo	Siafi	Identificação do Termo inicial ou aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance dos objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE)
1	588686	0714/2006-94	Pavimentação asfáltica.	29/01/07	1.050.330,81	999.999,8	50330,81	P.M.de Candeias do Jamari 63.761.902/0001-60	Saldo de R\$ 0,20 a cancelar. A prestação de contas encaminhada foi analisada constatando-se não atender ao art. 28 da IN/STN nº 01/97, conforme Notificação nº 013/2009. Encontra-se aguardando acompanhamento "in loco" previsto para MAR/09.
1	588714	0383/2006-92	Pavimentação asfáltica por tratamento superficial duplo e drenagem pluvial.	29/01/07	1020538,21	1000000	20538,21	P.M. Pimenta Bueno 04.092.680/0001-71	Objeto em execução
1	588715	0716/2006-83	Pavimentação asfáltica TSD com drenagem de águas pluviais	29/01/07	2052715,84	1503689,01	52715,84	P.M.de Pimenta Bueno 04.092.680/0001-71	Objeto em execução
1	588716	0710/2006-14	Pavimentação asfáltica, TSD, meio pré-moldado c/sarjeta em concreto e drenagem de águas pluviais.	29/01/07	553346,23	500000	53346,23	P.M. Cerejeiras 04.914.925/0001-07	Apesar da vigência expirada ainda estamos no prazo de análise da prestação de contas. A prestação de contas encaminhada foi analisada constatando-se não atender ao art. 28 da IN/STN nº 01/97, conforme Notificação nº 008/2009. Encontra-se aguardando acompanhamento "in loco" previsto para MAR/09
1	588717	0712/2006-03	Recuperação e conservação de vias urbanas.	29/01/07	2106625,84	2000000	106625,84	P.M. de Vilhena 04.092.706/0001-81	Objeto em execução
1	588718	0671/2006-47	Recapeamento de Avenidas em CBUQ.	29/01/07	1014273,28	696993,91	20285,46	P.M.de Pimenta Bueno 04.092.680/0001-71	Objeto em execução
1	588728	0603/2006-88	Aquisição de um Caminhão equipado com caçamba basculante, Tratores agrícolas, Trator de pônei adaptado com tanque refrigerador	29/01/07	858226,9	833230	24996,9	P.M.de Rolim de Moura 04.394.805/0001-18	A prestação de contas encaminhada foi analisada constatando-se não atender ao art. 28 da IN/STN nº 01/97, conforme Notificação nº 011/2009. Encontra-se aguardando acompanhamento "in loco" previsto para MAR/09.

1	588729	0316/2006-78	Recuperação de pavimentação asfáltica.	29/01/07	206031,03	200000	6031,03	P.M. de Primavera de Rondônia 84.723.030/0001-16	Apesar da vigência expirada ainda estamos no prazo de análise da prestação de contas. A prestação de contas encaminhada foi analisada constatando-se não atender ao art. 28 da IN/STN nº 01/97, conforme Notificação nº 012/2009. Encontra-se aguardando acompanhamento "in loco" previsto para MAR/09.
1	588753	0329/2006-47	Construção de um Centro Cultural.	29/01/07	303125,07	285000	18125,07	P.M. de Machadinho D'Oeste 22.855.142/0001-73	Prestação de contas aprovada
1	588755	0720/2006-41	Pavimentação asfáltica.	29/01/07	515463,96	484716,72	15463,96	P.M.de Theobroma 84.727.601/0001-90	Saldo de R\$ 15.283,28 a cancelar. Foi encaminhado Ofício nº 052/2009-COIE, de 12/11/2008
1	588787	0717/2006	Construção da Casa do Agricultor	29/01/07	83703,97	80000	3703,97	P.M.de São Felipe D'Oeste 84.745.389/0001-94	Apesar da vigência expirada está no prazo de prestação de contas
1	589602	0384/2006-37	Pavimentação asfáltica, com extensão de 4.274 m..	30/01/07	3895825,87	2687005,01	895895,87	P.M.de Porto Velho 05.903.125/0001-45	Objeto em execução
1	589604	0265/2006-84	Construção do teatro Municipal de Ariquemes.	30/01/07	1703187,58	258175,17	653187,58	P.M. de Ariquemes 04.104.816/0001-16	Objeto em execução
1	589608	0331/2006-16	Pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais.	31/01/07	3012815,66	579709,63	512815,66	P.M.de Ariquemes 04.104.816/0001-16	Objeto em execução
1	619575	0070/2007-55	Fortalecer a APL de Turismo em Santarém	22.01.08	94.960,00	88.000,00	6.960,00	P M de Santarém 05.182.233/0001-76	Objeto em execução

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não houve ocorrência no período.

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Quadro II.A.5 – Demonstrativo de identificação da renúncia de receitas

RENÚNCIA TRIBUTÁRIA				
Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, §1º)	Objetivos Sócio-Econômicos	CONTRAPARTIDA EXIGIDA
IRPJ	(1) Decreto-Lei nº 756/1969; (2) Lei nº 9.532/1997; (3) Lei nº 9.808/1999; (4) Decreto nº 94.075/1987 (5) Medida Provisória nº 2.199-14/2001; (6) Decreto nº 4.212/2002; (7) Lei nº 11.196/2005 (8) Portaria nº 2.091-A/2007; (9) Decreto nº 6.047/2007; (10) Decreto nº 6.539/2008; (11) Decreto nº 6.674/2008.	(1) Redução do Imposto de Renda e Adicionais Não-Restituíveis sobre o Lucro da Exploração; (2) Reinvestimento; (3) Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e Imposto Sobre Operações Financeiras – IOF, (4) Depreciação Acelerada Incentivada e do Desconto dos Créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.	Contribuir para o desenvolvimento regional, objetivando a geração de renda, com a manutenção e geração de empregos e os recolhimentos efetivos de impostos.	Enquadramento entre os setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento da região, conforme o Decreto 4.212/2002; situação de regularidade da pessoa jurídica com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – e à Seguridade Social, além do licenciamento ambiental para a atividade; a produção superior a 20% da capacidade real instalada do empreendimento; além da devida instrução processual, conforme a Portaria 2.091-A.

Quadro II.A.6 – Demonstrativo da evolução dos valores renunciados e da contrapartida

VALORES	Exercício n-2		Exercício n-1		Exercício n	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
RENÚNCIA						
CONTRAPARTIDA						

Em razão dos dados necessários ao preenchimento deste quadro não estarem disponíveis na SUDAM não foi possível responder aos quesitos do Quadro II.A.6, visto que a apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados é realizada pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente a tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Para identificar os montantes dos recursos financeiros aplicados na forma da contrapartida exigida para fruição da Renúncia Tributária, é imprescindível a apuração dos valores da Renúncia Fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, conforme mencionado no item (1), o que requer cálculos específicos a serem realizados pela Receita Federal do Brasil – RFB.

Quadro II.A.7 – Demonstrativo regionalizado dos usufrutuários diretos da renúncia

UF	Pessoas Físicas						Pessoas Jurídicas					
	Exercício n-2		Exercício n-1		Exercício n		Exercício n-2		Exercício n-1		Exercício n	
	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado
AC												
AL												
...												
TO												
Total												

A apuração dos valores da Renúncia Fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados é realizada pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente a tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Quadro II.A.8 – Demonstrativo regionalizado dos beneficiários da renúncia

UF	Pessoas Físicas						Pessoas Jurídicas					
	Exercício n-2		Exercício n-1		Exercício n		Exercício n-2		Exercício n-1		Exercício n	
	Qtde.	Valor Aplicado	Qtde.	Valor Aplicado	Qtde.	Valor Aplicado	Qtde.	Valor Aplicado	Qtde.	Valor Aplicado	Qtde.	Valor Aplicado
AC												
AL												
...												
TO												
Total												

A apuração dos valores da Renúncia Fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados é realizada pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente a tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Quadro II.A.9 – Demonstrativo dos projetos financiados pela contrapartida

Renúncia	Aplicação	Recursos Liberados			Recursos Orçamentários Executados (Liquidados)		
		Exercício n-2	Exercício n-1	Exercício n	Exercício n-2	Exercício n-1	Exercício n
<NOME><Legislação>							

A legislação define que as empresas beneficiárias da renúncia tributária estão obrigadas a aplicar tais recursos em atividades ligadas diretamente à produção ou operação da empresa ou, constituir reserva de capital, para absorção de prejuízos ou aumento de capital social, não podendo ser distribuídos tais recursos aos sócios ou acionistas. Portanto, a contrapartida devida pelos beneficiários da redução do IRPJ não está em desenvolver projetos específicos, segundo se depreende da leitura dos artigos 10 e 11 da Portaria MI nº 2.091-A/2007.

A apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica às empresas que tiveram pleitos aprovados é realizada pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente a tarefa, conforme a Portaria nº 125/2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Quadro II.A.10 – Demonstrativo da evolução de análises das prestações de contas

SITUAÇÃO	Exercício n-2		Exercício n-1		Exercício n	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
PC Não Apresentadas						
PC Aguardando Análise						
PC Em Análise						
PC Não Aprovada						
PC Aprovada						

As atividades mencionadas neste quadro estão entre as atividades regimentais da Receita Federal do Brasil, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Quadro II.A.11 – Demonstrativo dos Indicadores de gestão de renúncias de receitas

INDICADORES								
Exercício	METAS				RENÚNCIA/PIB (%)		GERAÇÃO DE EMPREGOS	
	Descrição	Indicador	Previstas	Realizada	Regional	Nacional	Diretos	Indiretos
Exercício 2007	Nº de vistorias realizadas / Total de pleitos processados no exercício	CGV – Capacidade Geral de Vistoria		38,10%			4.775	
	Nº de vistorias realizadas no exercício / Nº de técnicos que realizaram vistoria	PFV – Produtividade da Função Vistoria		4,00				
	Nº de Laudos emitidos no exercício / Nº de vistorias realizadas no exercício	IPV – Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria		1,09				
	Nº de Laudos e Declarações emitidos no exercício / Nº de pleitos existentes	VA – Volume de Pleitos Atendidos	Sem previsão anterior	68%				
	Nº de Laudos e Declarações emitidos no exercício / Nº de pleitos com entrada no exercício	CA – Capacidade de Atendimento		107%				
	Soma da duração dos processos solucionados com sucesso / Nº de processos solucionados com sucesso	TMTP – Tempo Médio de Tramitação de Processos		288 dias				
Exercício 2008	Nº de vistorias realizadas / Total de pleitos processados no exercício	CGV – Capacidade Geral de Vistoria		157,61%			16.556	
	Nº de vistorias realizadas no exercício / Nº de técnicos que realizaram vistoria	PFV – Produtividade da Função Vistoria		10,36				
	Nº de Laudos emitidos no exercício / Nº de vistorias realizadas no exercício	IPV – Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria		1,88				
	Nº de Laudos e Declarações emitidos no exercício / Nº de pleitos existentes	VA – Volume de Pleitos Atendidos		103,56%				
	Nº de Laudos e Declarações emitidos no exercício / Nº de pleitos com entrada no exercício	CA – Capacidade de Atendimento		316%				
	Soma da duração dos processos solucionados com sucesso / Nº de processos solucionados com sucesso	TMTP – Tempo Médio de Tramitação de Processos		282 dias				

Alguns dos indicadores são informados ao Ministério da Integração Nacional, desde 2007, e compõem o Relatório de Avaliação da Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (Amazônia).

Quanto aos indicadores Índice de Cobertura dos Incentivos Fiscais (ICIF), Capacidade de Impacto Econômico do Incentivo (CIEI), Índice de Efetividade Social do Incentivo (IESI) e Índice de Efetividade Produtiva do Benefício (IEPB), por não termos as informações necessárias para sua avaliação, pelas razões já expostas neste Relatório, não foram calculados.

Outros dados, como os Valores da Renúncia referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, são decorrentes da apuração dos valores da Renúncia Fiscal feita pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente a tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB;

Os valores referentes à Geração de Empregos informados na coluna respectiva dizem respeito apenas aos projetos da modalidade ‘Implantação’, beneficiários da Redução do IRPJ. Os números referentes aos empregos indiretos não foram coletados.

Seguem os cálculos dos indicadores.

- (1) Capacidade Geral de Vistoria = N° de vistorias realizadas / Total de pleitos processados no exercício
 $CGV = 145 / 92 = 157,61\%$
- (2) Produtividade da Função Vistoria = N° de vistorias realizadas / N° de Técnicos que realizaram vistorias
 $PFV = 145 / 14 = 10,36$
- (3) Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria = N° de Laudos emitidos no exercício / N° de vistorias realizadas no exercício
 $IPV = 272 / 145 = 1,88$
- (4) Volume de Pleitos Atendidos = N° de Laudos e Declarações Emitidos no Exercício / N° de Pleitos Existentes
N° de Pleitos Existentes = N° Final de pleitos + N° de entradas
 $VPA = 291 / 281 = 103,56\%$
- (5) Capacidade de Atendimento = N° de Laudos e Declarações Emitidos no Exercício / N° de Pleitos com Entrada no Exercício
 $CA = 291 / 92 = 316\%$
- (6) Tempo Médio de Tramitação de Processos = Soma da Duração de Processos Solucionados Com Sucesso / N° de Processos Solucionados com Sucesso
 $TMTP = 46.565 / 165 = 282 \text{ dias}$

9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada, posto que as atribuições mencionadas no documento são de competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, sob a supervisão do Ministério da Integração Nacional, é um instrumento de promoção à atração de investimentos, administrado pela SUDAM, aprovado pelo Decreto nº 4.254/2002, com redação dada pelo Decreto nº 5.593/2005. O FDA tem por finalidade assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da SUDAM. Os recursos do fundo são aplicados em empreendimentos de interesse de empresas que venham a ser implantados, ampliados, modernizados e diversificados na Amazônia Legal. Além de atrair novos investimentos, o FDA contribui para o desenvolvimento de obras e projetos de infra-estrutura na Amazônia.

A operação do FDA no ano de 2008, quanto à identificação e relação dos projetos, número de operações, legislação pertinente, remuneração do banco operador, resultados dos acompanhamentos e fiscalizações, além da avaliação crítica dos resultados segue detalhada conforme abaixo.

a) Identificação dos projetos aprovados em 2008.

Nr	Empresa	Município	UF	Setor	Objetivo
01	Alubar Metais S/A	Barcarena	PA	IND	Ampliação de fabricação de vergalhões e gotão.

Fonte:Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

b) Número de operações e valores aplicados por programa/setor econômico e por Unidade da Federação.

Nr	Empresa	Município	UF	Str	Recursos (Valores em 1,00 real)				Objetivo
					RP	FDA	Outros	Total	
01	Alubar Metais S/A	Barcarena	PA	IND	21.254.260,39	31.474.021,00	4.021.692,11	56.749.973,5	Ampliação de fabricação de vergalhões e gotão.

Fonte:Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

c) Número de operações e valores dos investimentos, dos incentivos e dos recursos liberados e aprovados no exercício em relação ao total do programa/setor econômico e do total por Unidade da Federação.

Nr	Empresa	Município	UF	Setor	Recursos (Valores em 1,00 real)				Objetivo
					RP	FDA	Outros	Total	
01	Alubar Metais S/A	Barcarena	PA	IND	21.254.260,39	31.474.021,00	4.021.692,11	56.749.973,50	Ampliação de fabricação de vergalhões e gotão.

Fonte: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

Obs.: Não houve liberação para Alubar Metais S/A em 2008.

Valores liberados em 2008, com resto a pagar de 2006 e 2007, por Unidade de Federação

Nr	Empresa	UF	Str	Recursos do FDA (valores em 1,00 real)			Objetivo
				Aprovado	Liberado	Saldo	
01	Companhia Energética Manauara	AM	INF	118.795.874,36	29.894.015,60	88.901.858,76	UTE de 85,38MW
02	Gera - Geradora de Energia do Amazonas S/A	AM	INF	116.194.954,88	15.325.003,73	100.869.951,15	UTE de 81,25MW
Sub - total				234.990.829,24	45.219.019,33	189.771.809,91	
01	Geraoeste - Usinas Elétricas do Oeste Ltda	MT	INF	78.382.800,00	21.330.000,00	57.052.800,00	PCH de 29,10MW
02	Brazservice Wet Leather S/A	MT	IND	17.416.046,00	14.019.257,00	3.396.789,00	Curtume
03	Usina Elétrica do Nhandú S/A	MT	INF	60.061.800,00	21.500.000,00	38.561.800,00	PCH de 13MW
Sub - total				155.860.646,00	56.849.257,00	99.011.389,00	
01	Eletrogoes S/A	RO	INF	153.579.577,00	83.903.386,00	69.676.191,00	UHE de 73,50MW
02	Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S/A	RO	IND	53.792.703,00	5.992.622,92	47.800.080,08	Frigorífico
Sub - total				207.372.280,00	89.896.008,92	117.476.271,08	
01	Porto Franco Energética S/A	TO	INF	78.000.000,00	24.261.120,00	53.738.880,00	PCH de 30MW
Total				676.223.755,24	216.225.405,25	459.998.349,99	

Obs.: Estes projetos foram aprovados em 2006, exceto Minerva que foi aprovado em 2007.

Valores liberados em 2008, com resto a pagar de 2006 e 2007, por Setor

Nr	Empresa	UF	STR	Recursos do FDA (valores em 1,00 real)			Objetivo
				Aprovado	Liberado	Saldo	
02	Brazservice Wet Leather S/A	MT	IND	17.416.046,00	14.019.257,00	3.396.789,00	Curtume
02	Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S/A	RO	IND	53.792.703,00	5.992.622,92	47.800.080,08	Frigorífico
Sub - total				71.208.749,00	20.011.879,92	51.196.869,08	
01	Companhia Energética Manauara	AM	INF	118.795.874,36	29.894.015,60	88.901.858,76	UTE de 85,38MW
02	Gera - Geradora de Energia do Amazonas S/A	AM	INF	116.194.954,88	15.325.003,73	100.869.951,15	UTE de 81,25MW
01	Geraoeste - Usinas Elétricas do Oeste Ltda	MT	INF	78.382.800,00	21.330.000,00	57.052.800,00	PCH de 29,10MW
03	Usina Elétrica do Nhandú S/A	MT	INF	60.061.800,00	21.500.000,00	38.561.800,00	PCH de 13MW
01	Eletrogoes S/A	RO	INF	153.579.577,00	83.903.386,00	69.676.191,00	UHE de 73,50MW
01	Porto Franco Energética S/A	TO	INF	78.000.000,00	24.261.120,00	53.738.880,00	PCH de 30MW
Sub - total				605.015.006,24	196.213.525,33	408.801.480,91	
Total				676.223.755,24	216.225.405,25	459.998.349,99	

d) Legislação Pertinente

- Medida Provisória nº. 2.157 de 24/08/2001, que cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia ADA e extingue a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

- Decreto nº. 4.254 de 31/05/2002, que institui o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA.

- Decreto nº. 5.593 de 27/06/2005 estabelecem alterações no Decreto nº. 4.254 de 31/05/2002.

- Resolução nº. 12/ADA, de 27/06/2005 aprova o roteiro para apresentação e análise de Carta-Consulta.

- Resolução nº. 18/ADA de 09/11/2005 altera o fluxograma de apresentação da Carta-Consulta.

- Resolução nº. 16/ADA de 09/11/2005 dispensa temporariamente a apresentação das Certidões de Tributos Federais enquanto perdura a paralisação dos servidores da Receita Federal do Brasil.

- Resolução nº. 15/ADA, de 15/11/2005, aprova o roteiro para apresentação dos projetos de investimentos a serem analisados pelo agente operador, no âmbito do FDA.

- Resolução nº. 29/ADA de 23/05/2006 dispensa temporariamente a apresentação das Certidões de Tributos Federais enquanto perdura a paralisação dos servidores da Receita Federal do Brasil.

- Resolução nº. 30/ADA de 30/05/2006 aprova a norma para operacionalização do FDA.

- Resolução nº. 41/ADA de 31/07/2006 aprova alterações na norma para operacionalização do FDA.

- Resolução nº. 44/ADA de 03/08/2006 define as alterações que podem constar no projeto em relação à carta-consulta.

- Resolução nº. 56/ADA de 12/12/2006 estabelece a taxa anual efetiva a ser aplicada aos projetos beneficiários do FDA.

- Portaria nº. 1.177/MI, de 15/12/2006, regulamentam a conversão de debêntures em ações pelo FDA e FDNE.

- Portaria nº. 1.246/MI, de 29/12/2006, definem o modelo de Destaque que deve ser utilizado, quando se tratar de FDA e FDNE.

- Lei Complementar nº.124 de 03/01/2007, instituem a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

- Portaria nº. 566 de 15/03/2007 que regulamenta o PNDR.

- Portaria nº. 566/MI, de 15/03/2007 regulamentam a Política Nacional de Desenvolvimento Nacional – PNDR.

- Decreto nº. 6.199 de 28/08/2007 aprovam a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e extingue a ADA.

- Portaria nº. 1.353/MI, de 5/09/2007, estabelecem as informações a ser solicitadas pelo agente operador aos órgãos fazendários, Federais, Estaduais e Municipais (circularização de Notas Fiscais).

- Decreto nº. 6.218 de 04/10/2007 revogam o Decreto nº. 6.199 de 28/08/2007 e aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

- Portaria nº. 1.633/MI, de 25/10/2007, estabelecem Diretrizes Gerais para o exercício de 2008 relativas ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA.

- Portaria nº. 30/SUDAM, de 30/12/2007, aprova o Regimento Interno da SUDAM.

- Resolução nº. 06/SUDAM, de 04/11/2008, aprova novo Roteiro para apresentação e análise de Carta-Consulta.

e) Remuneração do Agente Operador no ano de 2008

A remuneração do agente operador no ano de 2008 foi de R\$4.324.508,10 (quatro milhões trezentos e vinte e quatro mil quinhentos e oito reais e dez centavos), tem fundamento legal no art. 3, inciso II do Decreto nº. 4.254/2002, estando distribuído da seguinte forma:

1) dois por cento do valor de cada liberação de recurso; e (incluído pelo Decreto nº. 5.593/2005),

2) um inteiro e cinco décimos por cento ao ano, deduzidos dos pagamentos de parcelas de juros e amortizações feitos pelas empresas titulares dos projetos, sobre os saldos devedores das operações com valores aprovados de financiamento pelo Fundo inferiores a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (incluído pelo Decreto nº. 5.593/2005). Até a presente data esta remuneração não foi efetivada.

f) Relação dos projetos com finalidade, beneficiários, investimento previsto e valores liberados no exercício de 2008.

Projeto aprovado em 2008

Nr	Empresa	Município	UF	Setor	Recursos (Valores em 1,00 real)				Objetivo
					RP	FDA	Outros	Total	
01	Alubar Metais S/A	Barcarena	PA	IND	21.254.260,39	31.474.021,00	4.021.692,11	56.749.973,50	Ampliação de fabricação de vergalhões e gotão.

Obs.: Não houve liberação para Alubar Metais S/A em 2008.

Valores liberados em 2008, com resto a pagar de 2006 e 2007

Nr	Empresa	UF	Setor	Recursos do FDA (valores em 1,00 real)			Objetivo
				Aprovado	Liberado	Saldo	
01	Companhia Energética Manauara	AM	INF	118.795.874,36	29.894.015,60	88.901.858,76	UTE de 85,38MW
02	Gera - Geradora de Energia do Amazonas S/A	AM	INF	116.194.954,88	15.325.003,73	100.869.951,15	UTE de 81,25MW
03	Geraoeste - Usinas Elétricas do Oeste Ltda	MT	INF	78.382.800,00	21.330.000,00	57.052.800,00	PCH de 29,10MW
04	Brazservice Wet Leather S/A	MT	IND	17.416.046,00	14.019.257,00	3.396.789,00	Curtume
05	Usina Elétrica do Nhandú S/A	MT	INF	60.061.800,00	21.500.000,00	38.561.800,00	PCH de 13MW
06	Eletrogoes S/A	RO	INF	153.579.577,00	83.903.386,00	69.676.191,00	UHE de 73,50MW
07	Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S/A	RO	IND	53.792.703,00	5.992.622,92	47.800.080,08	Frigorífico
08	Porto Franco Energética S/A	TO	INF	78.000.000,00	24.261.120,00	53.738.880,00	PCH de 30MW
Total				676.223.755,24	216.225.405,25	459.998.349,99	

Obs.: Estes projetos foram aprovados em 2006, exceto Minerva que foi aprovado em 2007.

g) Resultados de Acompanhamentos e Fiscalizações

Todos os acompanhamentos e fiscalizações foram realizados pelo Banco da Amazonia S/A.

Em 12 de fevereiro de 2009, através do Ofício GAB nº 053/2009, foi solicitado ao Banco Operador, que encaminhasse com a maior brevidade possível a esta Superintendência, Relatório de Gestão do Agente Operador e do responsável pela Análise, para compor o Relatório de Gestão do FDA, e reiterado em 13 de março de 2009 pelo Ofício DGFAI nº 22, cópia anexo B.

Em 23 de março de 2009 o Banco da Amazônia S/A, pelo Ofício GERAP/2009/046, solicitou prazo até 30/04/2009, para apresentação dos relatórios de Gestão do Agente, ponderando que a coleta e consolidação de informações envolveriam diferentes áreas do Banco, cópia anexo B.

Em 25/03/2009 o BASA, encaminhou cópia dos relatórios de acompanhamento físico contábil das empresas financiadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, visando atender o parágrafo segundo do Ofício nº. 22/2009/DGFAI/SUDAM, referente aos resultados das fiscalizações e acompanhamentos realizados.

Por meio do Ofício GAB/SUDAM nº. 137/2009, de 16/04/2009 (cópia anexo B), foi informado ao Banco da Amazônia S/A, que conforme orientação da CGU e da Auditoria da SUDAM, o encaminhamento dos relatórios de acompanhamento físico contábil, não atendia ao solicitado na alínea ‘g’ do item 10 do anexo V – Relatório de Gestão, da Portaria CGU nº. 2.238 de 19/12/2008, pois não se posicionava sobre o resultado destes acompanhamentos no âmbito das falhas e irregularidades detectadas e das providências adotadas.

Em 04/05/2009 foi recebido nesta Autarquia o Ofício DIREX/DIARE nº. 2009/171/BASA, datado de 30/04/2009 encaminhando o Relatório de Gestão e o Relatório do Responsável pela Análise dos Projetos elaborados pelo Banco da Amazônia S/A.

Considerando que até 06/05/2009 as informações solicitadas no Ofício GAB/SUDAM nº. 137/2009, de 16/04/2009, não haviam sido encaminhadas pelo Banco Operador sobre os resultados dos acompanhamentos no âmbito das falhas e irregularidades detectadas e das providências adotadas, foi reiterada a solicitação por meio do Ofício DGFAI Nº. 043/2009-SUDAM de 06/05/2009, cópia anexo B.

Somente em 07/05/2009 recebemos primeiramente, por e-mail, os resultados dos acompanhamentos realizados no exercício de 2008. De acordo as planilhas enviadas foram realizadas 15 (quinze) acompanhamentos em 8 (oito) projetos, conforme anexo C.

h) Avaliação Crítica dos Resultados Alcançados em 2008

Todos os recursos liberados exceto das empresas Brazservice Wet Leather S/A, que tem como objetivo a implantação de um Curtume e a empresa Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S/A, que objetiva a implantação de uma planta frigorífica foram empregados em projetos de infra-estrutura, mais especificamente na geração de energia da

ordem de 321,23 MW, estando em consonância com a política do Governo Federal e integrada ao PROINFA e ao PAC da infra-estrutura, atingem o valor em 2008 de R\$216.225.405,25.

O projeto da Alubar Metais S/A aprovado em 2008, com objetivo de ampliar a fábrica de vergalhões e gotão, com recursos do FDA de R\$31.474.021,00.

A aprovação de um único projeto no exercício de 2008, com conseqüente devolução de recursos orçamentários, poderá ocasionar prejuízo à região e ocorreu em razão da grande quantidade de cartas-consultas devolvidas por se encontrarem fora dos critérios técnicos estabelecidos pela SUDAM e pelo regulamento do FDA.

A implementação de treinamento as pessoas envolvidas no processo, vem mudando este cenário, como podemos observar pela aprovação de 5 (cinco) cartas-consultas no final do exercício de 2008.

Do total de recursos do FDA aprovado em 2006, 2007 e 2008 para projetos em implantação no valor de R\$807.924.038,24 foram liberados em 2007 e 2008, R\$539.152.800,71 representando 66,74% dos recursos aprovados.

Muito embora as liberações dos recursos venham ocorrendo com atraso em relação ao cronograma físico-financeiro aprovado, em decorrência das dificuldades operacionais iniciais na implementação do Fundo, a maioria das empresas vem conseguindo cumprir os prazos contratados para início de operação.

Duas empresas iniciaram a amortização de seus financiamentos, que se encontra em aplicações financeiras no valor de R\$15.081.973,87.

O projeto da empresa GERA – Geradora de Energia do Amazonas S/A, encontra-se em operação de sua termoeletrica denominada UTE Ponta Negra com capacidade instalada de 81,25 MW de potência, estando em andamento os estudos para a emissão do Certificado de Conclusão do Empreendimento – CCE.

O projeto aprovado em 2008 irá gerar quando estiver em operação, 120 empregos diretos e 120 empregos indiretos e durante a implantação dessa obra, que levará em média três anos, serão empregadas mais de 1.000 pessoas, além da geração de impostos federais, estaduais e municipais. Os projetos aprovados, até presente data têm a capacidade de gerar 3.782 empregos diretos e 18.578 empregos indiretos, incrementando a economia regional, conforme quadro abaixo:

NR	EMPRESA	UF	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	Total
1	Gera - Geradora de Energia do Amazonas S/A	AM	50	150	200
2	Geraoeste - Usinas Elétricas do Oeste Ltda.	MT	50	3.200	3.250
3	Companhia Energética Manauara	AM	50	3.200	3.250
4	Usimar - Usina Siderúrgica de Marabá S/A	PA	52	208	260
5	Porto Franco Energética S/A	TO	55	1.000	1.055
6	Usina Elétrica do Nhandú S/A	MT	50	2.400	2.450
7	Brazservice Wet Leatherr S/A	MT	150	0	150
8	Eletrogoes S/A	RO	500	1.500	2.000
9	Minerva Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	RO	1.200	6.800	8.000
10	Companhia de Saneamento do Tocantins S/A – Saneatins	TO	1.505	0	1.505
11	Alubar Metais S/A	PA	120	120	240
TOTAL			3.782	18.578	22.360

Os projetos vêm sendo implantados dentro das normas ambientais vigentes, com acompanhamento dos órgãos responsáveis.

11. DESPESAS COM CARTÃO CORPORATIVO

ANO	FATURA	SAQUE (R\$)
2006	Não houve ocorrência no período	1.200,00
2007	Não houve ocorrência no período	7.250,00
2008	5.857,34	2.170,00

Limite de Utilização total da UG: R\$50.000,00

Natureza dos gastos permitidos: 339030, 339033, 339036 e 339039.

Portador	Limite Concedido
Adelaide M. P. Nacif	R\$2.000,00
Aldemar V. Lopes	R\$1.000,00
Ana Lúcia S. Alves	R\$5.000,00
Antônio M. Z. Marques	R\$1.000,00
Bernardo Pamplona	R\$1.000,00
Djair B. Alves	R\$6.000,00
Everaldo V. Martins	R\$1.000,00
Francisco Bandeira	R\$3.000,00
Heládio de Oliveira	R\$3.000,00
Jeanne M. L. A Souza	R\$1.800,00
Jorge A N. Valente	R\$6.000,00
José R. Cardoso	R\$8.000,00

Mário C. de Almeida	R\$5.200,00
Marlene ^a Ferreira	R\$3.000,00
Nairo R. Santos	R\$3.000,00
TOTAL	R\$50.000,00

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Conforme Anexo A deste Relatório.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Conforme Anexo B deste Relatório.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Atos	Quantidade	Registros no SISAC (quantidade)
Admissão	Não houve ocorrência no período	-
Desligamento	Não houve ocorrência no período	-
Aposentadoria	Não houve ocorrência no período	-
Pensão	Não houve ocorrência no período	-

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO FOI DISPENSADO

Conforme Quadro II.A.13, Anexo C deste Relatório.

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Descrição:	2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	127	6.511.909,61	130	7.043.454,64
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	0	0,00	0	0,00
Total Pessoal Próprio	127	6.511.909,61	130	7.043.454,64

Nota: A SUDAM não possui Funcionários Contratados, pela CLT.

Descrição:	2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo.	11	790.794,52	15	933.154,33

Descrição:	2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações Temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0,00	3	0,00

Nota: Prestam serviços nesta Autarquia 03 (três) Contratações Temporárias (Lei 8.745/1993), contudo, pertencem ao Quadro de Pessoal do Ministério da Integração Nacional/MI, lotados na Coordenação Geral de Políticas Públicas no âmbito do projeto PNUD/OEA/FAO.

Descrição:	2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	54	749.562,05	56	871.502,30
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	17	321.743,62	17	328.814,45
Pessoal Terceirizado Outras atividades	4	64.101,09	4	66.740,00
Estagiários	11	22.129,92	10	66.278,23
Total Pessoal Terceirizado + Estagiários	11	22.129,92	10	66.278,23

Nota: Valor computado ao item estagiários no exercício de 2007, refere-se aos meses de outubro a dezembro, pagos pela SUDAM em decorrência da extinção da ADA. Quanto aos valores informados com pessoal terceirizado, referem-se aos meses de janeiro a dezembro dos exercícios correspondentes.

Descrição:	2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício em na Unidade, com ônus.	6	228.210,83	5	145.387,44
Pessoal Requisitado em exercício em na Unidade, sem ônus.	0	0,00	0	0
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade.	6	228.210,83	5	145.387,44

Descrição:	2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus.	1	41.136,67	3	59.421,98
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus.	0	0,00	0	0,00
Total Pessoal cedido pela Unidade	1	41.136,67	3	59.421,98

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	76	4.759.454,24
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	74	3.217.154,73
Total Geral	150	7.976.608,97

17. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS